



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

***ACTA N.º 09***

Sessão Ordinária Abril

2.º reunião em 13/04/2018

Aos treze dias do mês de Abril do ano dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pelas Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia e Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Francisco José da Silva Ferreira, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Nuno Frederico Miranda Leite, Victor Manuel Marques de Oliveira, Nuno Gonçalo Rebelo da Paula, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Jorge Manuel da Rocha Gonçalves, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, João Carlos Rodrigues Morgado, Virgínia Maria Melo Matos, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Filipe Seça Neves Barbado Guerra, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.<sup>001</sup>

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião faltou o Presidente de Junta de Freguesia, Antero Marques dos Santos e o Vogal Raul Ventura Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, José Agostinho Ribau Esteves, Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Luís Miguel Capão Filipe (chegou às 21:00h), João Francisco Carvalho de Sousa, e Joana da Fonseca Valente.

Faltou nesta reunião da sessão o Vereador Manuel Oliveira de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta sessão dos vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Joana Filipa Ramos Lopes, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Pedro Machado Pires da Rosa, e Rita Alexandra Monteiro Baptista, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Manuel da Rocha Gonçalves, e António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto.<sup>002</sup>

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Henrique da Rocha Vieira e Fernando Tavares Marques, se fizeram substituir nesta reunião da sessão, por Nuno Frederico Miranda Leite e Nuno Gonçalo Rebelo da Paula.

A sucedânea na lista de candidatura, Emília Cristina da Cunha Gonçalves, apresentou escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia, deu continuidade à *Ordem-do-Dia* da Sessão Ordinária de Abril, cujos pontos se transcrevem:

**Ponto 2 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2017, da Câmara Municipal de Aveiro;**

**Ponto 3 - Apreciação dos Relatórios de Gestão e Prestação de Contas de 2017 da TEMA-Teatro Municipal de Aveiro, E.E.M. – em liquidação, da EMA – Estádio Municipal de Aveiro, E.E.M. – em liquidação, MOVEAVEIRO – Empresa Municipal de Mobilidade, E.E.M. – em liquidação e Aveiro-Expo – Parque de Exposições de Aveiro, E.M.;**

**Ponto 4 - Apreciação e Votação da 1.ª Revisão Orçamental 2018;**

**Ponto 5 – Apreciação e votação da proposta de desafetação ao domínio público de três parcelas a integrarem o Plano de Pormenor de Parte da Zona Industrial de Cacia;**

**Ponto 6 – Revisão do PDM de Aveiro / ponto de situação;**

**Ponto 7 - Apreciação e votação de Recrutamento de um Assistente Operacional – Educação Pré-Escolar;**

**Ponto 8 - Apreciação e votação Proposta de Recomendação à Câmara Municipal - "Processo extraordinário de regularização de todos os vínculos precários do Município";**

**Ponto 9 - Apreciação e votação Propostas de Recomendação à Câmara Municipal:**

- a) **Transmissão em direto das Sessões da Assembleia Municipal;**
- b) **Conjunto de ações e medidas de prevenção a implementar no imediato, para impedir a disseminação do problema dos animais de companhia abandonados no concelho de Aveiro.**

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Presidente da Mesa<sup>003</sup>

*"Antes de reiniciarmos os trabalhos dar conta de que na sequência daquilo que foi a minha própria posição no sentido de fomentar a participação dos jovens e também na sequência daquilo que tem sido um trabalho anterior e em articulação com o executivo, estamos em preparação de uma iniciativa conjunta da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, que é a Assembleia Municipal Jovem, que terá lugar no dia 9 de Maio próximo."*

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) — Nos termos do artigo 30.º do Regimento:<sup>004</sup>

*"Senhor Presidente. Muito breve. É para perguntar a V. Exa se entretanto obteve resposta em relação aos dois requerimentos que subscrevi e que entreguei a V.Exa?"*

Presidente da Mesa:<sup>005</sup>

*"Senhor deputado, não tenho ainda registo dessa resposta."*

Vogal Nuno Marques Pereira (PS):<sup>006</sup>

*"Senhor Presidente, telegráfico. Eu estive a tomar boa nota daquilo que está escrito no Regimento e gostaria de sublinhar o seguinte: compete à Mesa (e diligentemente assim o fez) de remeter ao Senhor Presidente da Câmara, os dois requerimentos por parte do grupo municipal do Partido Socialista. E a lei diz que até à reunião seguinte, deverá o Executivo Municipal responder a esses requerimentos. Não há um prazo peremptório. O prazo, enfim, é indicativo. Todavia o Senhor Presidente da Câmara aqui expressou que iria responder aos requerimentos. Nomeadamente a um, sobre a informação sobre a Avenida Lourenço Peixinho e o Rossio e que iria até responder por escrito.*

*Uma vez que esta já é a segunda reunião desta sessão, a nossa expectativa era que esse documento já pudesse ter sido respondido. Até porque, hoje, na reunião de Câmara, houve mais informações sobre essa matéria.*

*E aquilo que lhe queria perguntar é o seguinte: há uma alínea que, incumbe nas tarefas da mesa, que é comunicar à Assembleia Municipal a recusa da prestação de informações ou documentos. E eu queria perguntar se de facto há uma recusa ou não? Porque é manifestamente estranho que esses requerimentos ainda não tenham sido respondidos — é só esta a questão queria colocar. Muito obrigado pela sua atenção."*

Presidente da Mesa:<sup>007</sup>

*"Senhor deputado, na última reunião quando levantou essa questão, eu disse exatamente que não havia nenhuma recusa e que até tinha informação de que esse esclarecimento estava a ser preparado. Portanto aguardamos que esse esclarecimento seja feito, como certamente irá ser efetuado."*

## **Ponto 2 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2017, da Câmara Municipal de Aveiro.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 29/03/2018, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

Continuando, o Presidente da Mesa<sup>009</sup> deu a palavra Presidente da Câmara para apresentação dos documentos.

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>010</sup>

*"Senhor Presidente muito obrigado. Boa noite a todos. O ano de 2017 foi um ano muito importante na vida da Câmara Municipal de Aveiro, na vida do nosso município. Aquilo que obviamente procuramos no relato do que aconteceu, na componente descritiva e, obviamente na componente financeira, é expressar em palavras e números, com a mais absoluta verdade, aquilo que foram os acontecimentos de 2017.*

*É evidente que a análise política está muito marcada pelo facto de 2017 ter sido também um ano de finalização de um mandato autárquico e início do novo mandato autárquico, o que quer dizer que teve um ato eleitoral pelo meio.*

*Gostava no entanto de destacar, enfim, em alguns aspetos que, de facto, fizeram de 2017 um ano marcante, um ano muito importante, da nossa vida, nesta fase de mudança de vida em que a nossa Câmara Municipal está. E, obviamente, que a primeira nota tem que ser para a entrada em exercício pleno do Plano de Ajustamento Municipal.*

*Foi em 2017 que conseguimos ter visto do Tribunal de Contas ao nosso Programa de Ajustamento Municipal, ao nosso PAM. Isto aconteceu em final de Janeiro, o que quis dizer que, em Fevereiro, iniciámos a operação de recebimento das tranches do empréstimo do Fundo de Apoio Municipal. A primeira chegou nessa altura e todo o processo de desenvolvimento da tal fase de plena execução do Plano que acabará exatamente no trimestre que estamos agora a começar, que é o sexto trimestre do programa. Portanto, obviamente, esta é uma peça fundamental da maior importância para o ano de 2017, que obviamente marca uma segunda nota que foi ato conseqüente, que foi o início do cumprimento da lei dos compromissos. Nós com ato formal cumprido em Abril, passámos a cumprir a lei dos compromissos dos pagamentos em atraso, o que quer dizer que nos libertámos do espartilho legal em que estávamos envolvidos por determinação da Lei FAM que nos obrigava a cingir a nossa atividade aos serviços públicos essenciais.*

*Portanto, é com chegada formal da aprovação do Fundo que nós passamos a ter fundos disponíveis e, com os fundos disponíveis positivos, ficamos libertos do constrangimento da Lei FAM e de cingirmos a nossa atividade aos serviços públicos essenciais.*

*Uma terceira nota de destaque é obviamente uma operação que aconteceu durante todo o ano de 2017, que foi a entrada em operação do nosso concessionário de transportes, públicos municipais (rodoviários e marítimos) que obviamente foi uma peça importante da reforma da nossa MoveAveiro e da sua inevitável e obrigatória extinção.*

*Que teve, como sabemos, um arranque muito difícil e com muitos problemas nos meses de Janeiro e de Fevereiro e que a partir de Março iniciou um processo de qualificação e acabou o ano num bom patamar de qualidade. Havendo obviamente ainda progressos para fazer como temos assumido claramente. Mas é outra marca muito importante de 2017, das reformas mais difíceis que executámos no mandato anterior, e que teve em 2017 a plenitude de execução, acabando num patamar bom.*

*Quarta nota que quero destacar, a plenitude também atingida em 2017, no trabalho dos contratos de delegação de competências com as juntas de freguesia. Fizemos uma primeira experiência, que correu muito bem, de contratualização (ainda cingido aos serviços públicos essenciais no 2º semestre de 2016) e fizemos contratos que ainda estavam e estão, ficam para a vida, são documentos ainda com uma nota de condicionamento à aprovação do FAM, mas, obviamente já estavam preparados no seu articulado, para nos libertarmos dos constrangimentos. E, portanto, na prática, como isso aconteceu logo no início do ano, o ano foi de facto primeiro ano de vida normal e de pleno no que respeitou a contratualização de competências delegadas entre a Câmara Municipal e as nossas dez Juntas de freguesia, com uma avaliação positiva, muito positiva, que fomos fazendo e fomos partilhando além do mais com a Assembleia Municipal.*

*Uma outra área que foi de novidade das coisas novas que aconteceram em 2017, com o nível de importância também muito elevado, foi o início da contratualização de apoios financeiros às nossas associações privadas sem fins lucrativos, no quadro do programa municipal de apoio às associações, que materializou um conjunto de investimentos, com uma envergadura financeira de cerca de 1,3 milhões de euros e que marcou o regresso da Câmara à cooperação financeira com as nossas associações. Sabemos que nunca as abandonamos num outro tipo de cooperação, logística nomeadamente, e além do mais por força da desativação da MoveAveiro, conseguimos também a partir de Janeiro do ano passado inclusive, a disponibilizar três autocarros para o apoio à sua atividade sem custos, assumindo a Câmara todos esses custos e arrumando o nosso velhinho e cansado autocarro que já fazia muitas asneiras, apenas por incapacidade dada a sua idade. Portanto, esta componente foi importante e no quadro dos investimentos de maior envergadura que contratualizados com as associações, já na ponta final do ano, em Dezembro, inaugurámos o relvado sintético do nosso Barroca — que foi uma das obras de maior envergadura daquelas que foram contratualizados.*

*Em termos da atividade Cultural e Turística. Obviamente que foi um ano muito rico, muito intenso. Foi o segundo ano da edição do "Festival dos Canais", mas ficou clara nessa edição, que de facto o " Festival dos Canais" é uma aposta muito forte naquilo que é o trabalho de natureza cultural, na "cultura comparada" deixe-me dizer assim, mas também da Cultura produzida também pelos nossos agentes. Portanto foi o episódio de grande sucesso, deixando bem claro para quem ainda tinha dúvidas (e eram legítimas porque tínhamos apenas uma edição que era a edição de 2016) que o "Festival dos Canais" veio para ficar. Numa componente estruturante da nossa oferta de programação que se mistura também com a nossa programação, marcante, de todo o calendário de eventos ao longo do ano, que tem também, obviamente, uma intenção de promoção, de divulgação, e de elemento adicional de atratividade de trazer gente ao nosso território.*

*Vale também a referência da primeira edição do "Festival Dunas de São Jacinto" que realiza em Agosto e que, obviamente também, enfim, por algumas dúvidas que embora tenham existido como era um ano eleitoral se de facto era apenas um episódio, deixar claro que o "Festival Dunas de São Jacinto" vai ter em 2018 a segunda edição, 2019 a terceira e, portanto, seguirá o seu caminho também, numa lógica de crescimento. Obviamente, há uma nota adicional que se tem de partilhar, que é todo um vasto conjunto de operações de projetos, de concursos, de obras que desenvolvemos, seja na área financiada por Fundos Comunitários, seja nas áreas não financiadas por "Fundos Comunitários.*

*Já foi um ano muito importante, com muito trabalho, ao nível da contratação de projetos, da execução de projetos, do lançamento de concursos, e também da execução de obras em que a principal e termos de envergadura financeira é a variante rodoviária de Cacia que ainda está execução. Portanto foi já um ano onde o investimento teve expressão substantiva, relevante, embora ainda não teve uma expressão financeira relevante. Porque obviamente a expressão financeira relevante, essa vai para quando já está em obra. E mesmo em obra, como sabemos, a execução de maior dimensão financeira cai sobre a ponta final, no último terço ou no último quarto das obras. Mas obviamente para chegarmos a essa fase das obras há todo o outro percurso que é preciso percorrer.*

*Portanto estamos também em pleno, foi um ano pleno, naquilo que é a criação das condições para executarmos os compromissos que temos contratualizados com os Fundos Comunitários do Portugal 2020, nomeadamente no quadro do plano do desenvolvimento e coesão territorial da região de Aveiro, onde estão as nossas Jaime Magalhães Lima e João Afonso de Aveiro, a EBI de São Bernardo, e as nossas Extensões de Saúde, Unidade de Saúde Familiar de São Jacinto, de São Bernardo, de Oliveirinha, de Aradas e também a de Eixo. Embora ainda não conseguimos que ela passasse de projeto e está agora a acontecer.*

*No que respeita ao PEDUCA, que é aquele outro contrato que nós temos. Temos falado muito sobre ele e no ponto anterior falámos bastante sobre o Relatório, mas para estarmos no ponto em que estamos, obviamente que também o ano de 2017 deu um contributo absolutamente fundamental.*

*Portanto a esse nível, do investimento, 2017 também foi um ano muito importante. Não vou fazer introdução ao ponto seguinte, ao ponto 3 e, portanto, quero apenas deixar uma nota muito sumária neste ponto sobre as empresas municipais.*

*As empresas municipais prosseguiram o seu trabalho. Algum trabalho de absoluta irrelevância como é o caso da TEMA e da EMA, porque obviamente já não existem em termos de gestoras de operações. Existem apenas em termos de gestão de formalidades. As operações como sabemos de gestão do Teatro Aveirense e de gestão do Estádio, desde 2016 estão na mão da Câmara, de mão plena, mas obviamente que ainda existem, ainda temos questões para tratar e, portanto, enfim, o acto que está das Contas obviamente tem*

*que existir enquanto as entidades existam. Mas já não quer dizer nada, porque elas já não são gestoras de operações.*

*Já não é assim em relação à MoveAveiro. A MoveAveiro ainda tem operações embora também numa lógica de arrumação para a extinção. Obviamente já não teve em 2017 aquela que era a sua operação principal de transportes rodoviários e marítimos. Mas ainda teve, obviamente com expressão e com a importância a nossa rede de parcómetros, nosso Parque do Manuel Firmino e a nossa BUGA.*

*Obviamente que as Contas são boas. A empresa está bem, enfim, porque essa sua condição de operação a isso permite. Mas obviamente que prossegue o seu caminho de extinção, por força da sua má performance de 2012, 2013 e 2014. E, portanto, segue o seu caminho de extinção, mas enquanto existir temos que prestar Contas.*

*E a última, estando também em liquidação, teve uma vida plena e normal, que é a nossa Aveiro Expo. Fez um ano normal, fez um ano bom, em atividade e intensidade de gestão do novo Parque de Feiras e de Exposições e também em termos financeiros.*

*Sempre dissemos que, gerir bem, na dimensão substantiva e financeira, a Aveiro Expo é basicamente fácil. E obviamente que 2017 foi o terceiro ano consecutivo em que as Contas dizem isso mesmo. Mas deixando, como os outros anos anteriores 2012, 2013 e 2014, terem sido maus, caiu na malha da Lei 50, temos que extinguir a Aveiro Expo.*

*Só lembrando, é mais complexo, porque temos um sócio privado que tem 49% do capital e, portanto a operação de extinção é mais complexa. Mas está em desenvolvimento e vai ter episódios importantes agora em 2018, mas não foi isso que aconteceu em 2017. Mas está no relatório o que isso espelha. Portanto, para dar nota de que a operação global da reforma da nossa Câmara Municipal e do seu universo, prosseguiu com toda a intensidade em 2017 cumprindo os objetivos que fixamos. E, portanto, é por esse caminho que também se faz o balanço positivo de 2017.*

*Fechou bem o mandato, com uma operação prioritária, a reforma e reorganização organizacional e financeira da nossa Câmara Municipal. E obviamente também lançou bem o novo mandato, porque sabemos bem que o novo mandato, grande parte daquilo que são os objetivos que estão fixados, assentam no desenvolvimento, no seguimento de muitas das operações que foram estruturadas em 2017.*

*Portanto Senhor Presidente e caros colegas, ao dispor obviamente para o debate. Esta é a nota de introdução, deixando claro que para nós é um ano que merece um balanço muito positivo e, portanto, é com essa nota, que trazemos os documentos para avaliação da Assembleia Municipal. Muito obrigado."*

#### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

*"Bem, começaria esta minha intervenção por chamar atenção de um aspecto, que não é um elemento novo nem é um elemento deste mandato. Tem a ver com os documentos que acompanham, que fazem parte dos dossiers para os pontos de análise nas sessões da Assembleia Municipal, portanto a deliberação de Câmara que acompanha é a acta do momento deliberativo, nunca transcrevendo as declarações de voto, nomeadamente os votos de vencido.*

*Em nosso entendimento seria interessante se trabalhasse no sentido de, tendo em conta a competência deste órgão de fiscalização, devendo estar munido para uma boa fiscalização e interpretação, portanto deveria fazer parte da acta de deliberação camarária, a acta na íntegra, incluindo as declarações das votações.*

*Dito isto, avançaremos para algumas questões mais substanciais. Primeira prende-se com a evidência, é uma evidência, uma confirmação, de uma posição que o PCP apresentou aqui em Dezembro recente, a propósito de na reunião ordinária de Dezembro, no ponto*

das GOPs. Na altura o Senhor Presidente de Câmara disputou com o PCP a propósito dos números da dívida. Dizia o Senhor Presidente da Câmara que os números eram abaixo dos 100 milhões e PCP defendia que eram acima dos 100 milhões.

E de facto, no preâmbulo do documento das GOPs, dizia e cito "na reta final de 2017 a dívida da câmara municipal de Aveiro baixou a fasquia dos 100 milhões de euros, sendo que vamos continuar..." e por aí fora.

Senhores deputados a verdade é que nos documentos que temos aqui à nossa disposição, nas 'Dividas a Terceiros/Curto Prazo' em 30/11/2017, a dívida registada é superior a 100 milhões de euros. São 106 milhões de euros!?

Em relação a outros aspetos deste documento, salienta-se a alta taxa de execução, para a qual não será despidendo a entrada do FAM, que naturalmente aqui acaba por trazer um elemento de alguma distorção, porque (e isto não é novidade para ninguém) as taxas de execução da Câmara Municipal de Aveiro, geralmente situam-se sempre abaixo dos 50%.

O PCP regista igualmente as altas taxas de execução que os impostos diretos têm. São superiores a 100% no caso de impostos diretos, são 28,9 milhões de euros, ou seja 119% do valor orçamentado.

No caso da 'Derrama' chega aos 153%, portanto ultrapassando largamente o orçamentado. O que, de resto confirma alguma boa forma de muitas das empresas no concelho, que, aliás, se regista e se saúda.

Há ainda um aspeto que, em nosso entender, é relevante. Prende-se com o resultado líquido positivo de 7 milhões de euros.

Este é um aspeto, enfim, consideramos relevante, mas chamamos a atenção para aquilo que é o terceiro ponto, no documento do ROC sobre as empresas municipais, dizendo que "estas acarretam para o município perdas potenciais correspondentes à totalidade dos passivos. Determinando que (estou sempre a citar) determinando que, pelo menos, sob a forma de previsão, para riscos e encargos futuros, existe uma insuficiência de passivos por não serem inteiramente determinados, mas que se nos afigura poderem assumir uma expressão significativa." O que naturalmente acarreta e conclui-se portanto, a necessidade de alguma prudência em relação à conclusão de um Resultado Líquido Positivo de 7 milhões de euros.

Terminava esta intervenção apenas com à parte a talho-de-foice. Tem a ver com os valores disponibilizados pela Câmara Municipal de Aveiro de subsídios a entidades.

Regista-se que no ano de 2014 foram de 366 mil euros; no ano 2015 foi de 411 mil euros; no ano 2016 foram 408 mil euros; no ano eleitoral de 2017 o valor mais que duplica para 1.106 mil euros!? Tenho dito."

Vogal Virgínia Matos (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

"Obrigada senhor Presidente. Ora em relação a este ponto dois da Prestação de Contas, o que salta à vista neste relatório de prestação de contas de 2017 é o saldo positivo de 37,8 milhões de euros — dos quais falaremos mais à frente.

Este saldo positivo deve-se essencialmente a "máxima" perpetuada por este Executivo de impostos no máximo e serviços públicos e apoio social no mínimo. Uma vez que, a grande parte deste excedente vem da coleta dos impostos diretos, que apresenta uma fantástica execução orçamental de 119 por cento.

Esta folga orçamental proveniente essencialmente dos impostos diretos, são a prova de que existe outro caminho para fazer face à dívida da Câmara para que não seja sempre nas costas dos aveirenses, que pesem os impostos no máximo, mas que não vêm nenhum retorno desses impostos que pagam.

Pagam impostos no máximo, mas deixaram ter um serviço público de transportes; pagam impostos no máximo mas é-lhes negado o acesso à tarifa social da água; pagam impostos

*no máximo mas continuam a deparar-se com uma Câmara que deixa muito a desejar no que toca Ação Social.*

*Não acreditamos que num município com a dimensão do nosso não existam necessidades de apoio para uma coisa tão básica, como um pequeno arranjo ou obra de manutenção numa habitação. Porque é exatamente isso que nos diz este Relatório de Prestação de Contas, que a Câmara Municipal gastou zero euros em 20 mil euros que tinha orçamentado. Principalmente quando, como abordei no ponto Antes da Ordem do Dia, existem 227 famílias em situação de realojamento devido às condições degradadas a que chegaram as suas habitações. Também ainda na rubrica da Ação Social e mais uma vez chamando a atenção para a dimensão do nosso município, não conseguimos perceber o porquê do grau de execução orçamental tão baixo no apoio às famílias.*

*Passando para habitação social, queremos deixar uma nota positiva no que toca à reabilitação dos fogos no Bairro de Santiago, não deixando de lamentar que a situação tenha chegado a esse ponto e que tanto tempo se tenha demorado para avançar com esta medida.*

*O Bloco de Esquerda há muito que reivindicava recuperação desses fogos para que pudessem cumprir a função para a qual foram criados — alojar quem mais precisa. Consideramos que este trabalho não está ainda encerrado, sendo necessário continuar a recuperar fogos degradados, uma prioridade face à necessidade de dar resposta às necessidades de realojamento habitacional.*

*A política social em Aveiro não deve regredir, mas sim crescer em dimensão. Gostaria ainda de abordar a questão do Turismo na Cidade de Aveiro.*

*Como é do conhecimento geral o Turismo na Cidade tem tido um enorme crescimento nos últimos anos, torna-se por isso necessário equacionar o impacto que o Turismo tem na nossa cidade e sobretudo para os nossos cidadãos.*

*O Turismo não pode ser uma atividade em que uns ficam com os lucros e os outros com impacto.*

*Percebemos que a Câmara Municipal continua a não cobrar nenhum tipo de taxa a negócios como os de tuk-tuk e os comboios elétricos, que circulam pela cidade!*

*Sendo estas atividades licenciadas pela Câmara Municipal, não deveriam as mesmas estarem em conjunto englobadas, no mesmo conjunto compensações e contrapartidas a que outras atividades estão sujeitas? Consideramos que sim.*

*Consideramos de extrema importância que todas as atividades licenciadas pela Câmara Municipal cumpram os termos de licenciamento — e no que toca às atividades eminentemente turísticas, somos de opinião que a Câmara Municipal deveria introduzir medidas sociais como contrapartida do licenciamento — como por exemplo, o combate à precariedade laboral.*

*Ainda dentro deste tema há outra questão que pensamos ser importante. Trata-se da questão do impacto que o alojamento local tem. Seria importante conhecermos os dados recentes, sobre a concentração desta atividade económica no concelho de Aveiro e na Região de Aveiro, para podermos ter uma visão mais esclarecida do impacto socioeconómico desta atividade na nossa cidade."*

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[013](#)

*"Muito obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. No ponto em discussão vamos analisar o ano 2017 da Câmara Municipal de Aveiro — e as Empresas Municipais no ponto seguinte, através dos respectivos Relatórios e Prestação de Contas e também no ponto imediatamente a seguir, a Revisão Orçamental correspondente ao exercício em apreço.*

*No que à Câmara respeita, 20117 foi o ano em que o PAM entrou em execução. E com isso, começou-se por um lado a normalizar a atividade da Câmara no que respeita aos seus credores de médio longo prazo e, por outro, a atividade corrente deixou de estar dependente de ameaças de execuções e penhoras que impedia o desenvolvimento normal das atividades municipais. Iniciando-se também, por via desta situação, o cumprimento da lei dos compromissos.*

*A entrada em vigor do PAM tem igualmente reflexos nos grandes números desta Prestação de Contas, impedindo comparação direta com os anos anteriores. Pelo que, nesse aspeto, só com as contas de 2020 será possível começar a fazer análise comparativa dos números da atividade da Câmara Municipal.*

*Da atividade municipal destacamos os Contratos de Delegação de Competências com as Juntas e o início da aplicação do Programa Municipal de Apoio às Associações. Sendo estes dois últimos pontos vistos pelo CDS como mais um retomar da normalidade no relacionamento da Câmara com as entidades que mais perto se encontram dos munícipes. Realçamos igualmente preocupação da Câmara na área social ao melhorar o Parque Escolar e as Unidades de Saúde, passando o concelho de Aveiro a apresentar melhores condições para as suas crianças e jovens e para aqueles que geralmente estão mais debilitados e sensíveis.*

*Mas também a reabilitação dos fogos de habitação social e dos muitos investimentos já realizados no âmbito do PEDUCA.*

*Quanto ao Balanço Social. A leitura deste documento mostra-nos que a Câmara atingiu um ponto estabilidade no que respeita ao seu quadro de pessoal. Mantendo a aposta na formação profissional e nas condições de higiene e segurança no trabalho, o que contribui para que, por exemplo, os níveis de sinistralidade e absentismo, por eles motivado, se mantenha reduzidos.*

*Uma palavra também para o investimento efetuado fardamento. Isso permite que os funcionários da Câmara utilizem roupa adequada à função que desempenham e transmite aos munícipes uma melhor imagem dos funcionários municipais.*

*O ponto negativo destes documentos, uma vez mais, é a falta de qualidade de alguns deles. A qualidade do documento, porque são feitas digitalizações de documentos existentes e que, nomeadamente no Balanço Social, Inventário de Bens e Direitos e Relatórios das Empresas Municipais, é nalguns casos bastante difícil a sua leitura.*

*Por último, não queremos deixar passar a oportunidade, para afirmar que a Prestação de Contas da Câmara não é na nossa opinião um documento político, mas sim um documento técnico. Pois a atividade política que resultou nestas Contas foi sendo discutido ao longo do ano na Câmara e aqui na Assembleia.*

*Este documento traduz em números a atividade de um ano e permite aferir o grau de cumprimento de uma Câmara com aquilo que tinha previsto fazer através do seu Orçamento.*

*O Orçamento é claramente o documento político. E o sentido de voto que lhe é associado demonstra a concordância ou discordância com os projetos que a Câmara propõe. Nos Relatórios de Gestão e Prestação de Contas e Balanço Social são documentos de alta complexidade técnica, elaborados por um conjunto alargado de funcionários, também por via do sentido de voto nestes documentos veem o seu trabalho avaliado. Votar contra as Contas de uma entidade, neste caso as da Câmara Municipal é o voto de desconfiança ao trabalho que é executado pelos seus funcionários, que não o merecem. Mas foi esse o voto do PS na reunião de Câmara que discutiu as Contas. O mais curioso é que, tendo a revisão orçamental em apreciação mais à frente, com o único objetivo definir a aplicação dos resultados das contas de 2017, o espanto é total. Pois quem votou contra as Contas, aprovou o seu resultado e a sua aplicação. Aqui sim, na modificação dos resultados o voto*

*contra teria significado político. São estas coisas inexplicáveis que o PS nos vai trazendo e que só demonstra a confusão que por aí se vai passando.*

*Por isso e face ao exposto, o nosso voto é claramente favorável a estas Contas. Disse."*

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[014](#)

*"Muito obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos os presentes. Nós quando vimos para a Assembleia Municipal, normalmente preparamos ou tentamos preparar a discussão. Mas há sempre momentos contingenciais que nos obrigam a divergir um bocadinho daquilo que supostamente estava planeado. E eu não posso deixar de aqui referenciar um desses momentos de divergência, sobretudo depois das afirmações do meu colega de bancada Jorge Greno por duas ordens de razão. Bem, certamente que o CDS talvez algum momento na vida terá votado contra as Contas — eu não tenho memória, não estava cá e, portanto, certamente aquilo que acabou de dizer, talvez se reverta contra aquilo que afirmou, porque efetivamente nessa altura talvez não estivesse a fazer nem uma análise política, nem uma análise técnica, mas sim uma análise dos funcionários do município.*

*Portanto parece-me uma manifestação completamente infundada e injusta para quem tem que fazer estes documentos, para quem tem que os construir, porque de facto, são de elevada complexidade.*

*Mas dizer que um documento de gestão é obviamente um documento que tem duas componentes. Um Relatório e Contas, ou um Plano de Atividades e Orçamento.*

*Tem uma componente numérica e outra quantitativa. Mas a componente numérica e a quantitativa não nascem do nada ou de geração espontânea. As pessoas não vertem para aqui números ao acaso — embora às vezes isso possa parecer, como iremos ver mais à frente. Mas basicamente, o que nós temos aqui, é um documento que tem um conjunto de resultados, que derivam de um conjunto de ações que foram implementadas (ou não) e é isso que estamos aqui a analisar.*

*A análise é, de facto, uma análise conjunta. É uma análise técnica e política. Se nos cingíssemos apenas à análise técnica muito provavelmente não estaríamos aqui a fazer nada, porque dada a complexidade dos mesmos eu diria que estaríamos reduzidos a pó, não só pela complexidade, mas também pelo tempo de análise que temos para o fazer.*

*Fechar parênteses, agora vamos à questão do relatório propriamente dito. O que nós temos aqui era previsível!? Aquilo que nos aparece aqui nós já o discutimos, enfim, já fomos debatendo algumas destas questões, que nos conduzem aos resultados que nós aqui temos. E eu gostaria de lembrar algumas dessas questões.*

*Em primeiro lugar gostaria de relembrar um diferendo saudável e antigo que tenho com o Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao facto de acharmos e termos opiniões diferentes, relativamente à entrada, obrigatória, em vigor, daquilo que seriam as taxas máximas decretadas.*

*O Senhor Presidente continua, com certeza, convicto que tem razão e eu continuo também convicto que tenho razão, a diferença é que o Senhor Presidente manda e eu não tenho essa capacidade e, portanto, nada a fazer, mas posso pelo menos ter a liberdade de achar que a fixação de taxas no máximo entrou sem que houvesse uma obrigatoriedade.*

*Porque efetivamente, como todos se lembram, a primeira proposta do PAM não teve a aprovação do Tribunal de Contas. E, portanto, do meu ponto de vista, não estaria essa questão ainda na obrigatoriedade de fixar taxas no máximo.*

*A fixação de taxas no máximo era uma das questões que derivava da implementação do PAM, entre outras. Não será pois de espantar, até porque já referiram aqui percentagens de execução do ponto de vista da cobrança de impostos, que haja, de facto, um excedente que transita do ano de 2017 para o ano de 2018. Aliás, o Senhor Presidente e bem,*

*enumera aqui quatro pontos que justificam que isso aconteça. Mas é curioso que, em nenhum desses quatro pontos está efetivamente a razão pela qual esse excedente aparece. E acontece do facto de derivar de uma elevada cobrança de impostos. Imposta agora sim pelo FAM e da adesão da municipal ao FAM.*

*Portanto, há aqui uma lacuna nessa explicação. Há aqui questões que tem a ver com o Visto do Tribunal de Contas que estão atrasados, atrasos no arranque de projetos, etc. Mas falta aqui um ponto que é exatamente aquele de explicar como é que este excedente aparece e transita de um ano para o outro. Efetivamente temos aqui esta nota, enfim, que digamos poderia ser positiva, não obstante nós termos novamente uma interpretação diferente sobre aquilo que é o resultado que deve ter uma entidade pública.*

*Às vezes brinca-se com as palavras. Temos empresas com fins lucrativos, organizações com fins lucrativos, temos organizações sem fins lucrativos, mas também temos a organizações com fins não lucrativos. E há uma diferença entre uma organização sem fins lucrativos e com fins não lucrativos.*

*Porque o propósito duma organização com fins não lucrativos, porque não é exatamente a de não ter lucro. Mas é a de pelo menos tentar que essa situação não seja demasiadamente desequilibrada.*

*E o que nós temos aqui efetivamente é um excedente que do nosso ponto de vista é desnecessário. Tem uma origem fundamentalmente centrada numa elevada carga de impostos.*

*Nós não estamos aqui só para dizer mal Senhor Presidente. Reconheço que, provavelmente, terá o seu mérito do gestor na racionalização de custos, imputados ao funcionamento do município, não sei exatamente em que medida, porque confesso que não consegui aprofundar essa questão. Mas penso que terá feito um esforço nesse sentido e, portanto, ao reduzir custos e eventualmente ao travar investimento e o maximizar da receita com impostos, este resultado era mais do que o esperado.*

*E, portanto, está penso eu que em linha com tudo aquilo que o Senhor Presidente planeou desde o primeiro momento em que decidiu aderir ao PAM, em ter uma não aprovação do Tribunal de Contas, em que teve uma resposta e um contraditório que vieram outra vez recusado, e onde depois, finalmente, decidiu, enfim, acolher as sugestões do Tribunal de Contas e ter efetivamente o Plano aprovado no momento extremamente importante, que foi o momento que antecedeu o ato eleitoral.*

*E, portanto, de facto, as coisas correram-lhe bem nesse aspeto. Enfim correu os seus riscos, mas correu-lhe bem e, portanto, manifestamente, em 2017, ano eleitoral, está em condições de começar a ativar o PAM, de receber os fundos, de começar a transferir dívida, transferir dívida de curto prazo em dívida de longo prazo, de baixar as taxas de juro — portanto o que está aqui é efetivamente, do nosso ponto de vista, um resultado que têm este excedente.*

*A narrativa ou a estória pode ser mais ou menos esta. Podemos ter mais ou menos interpretações, podia ter feito a coisa de uma maneira ou de outra, agora a questão que se coloca é o que é que vai acontecer a este excedente?*

*Temos aqui várias questões que também já fomos debatendo e que eu me escuso agora de nesta fase de intervenção primeira, gostava de converter em perguntas:*

*Primeira pergunta. Há uma notícia na imprensa que diz que a Câmara e das três primeiras Câmaras do país com um montante de dívidas em atraso, na ordem dos 9 milhões de euros! A minha pergunta é numa análise simplista - como é que uma Câmara com 30 milhões de excedente tem este incumprimento ponto de vista dos pagamentos? Posso estar a fazer um raciocínio simplista porque obviamente não conheço efetivamente algumas das mecânicas. Mas é importante que explicasse às pessoas, porque as pessoas quando olham para isto não compreendem. Dizem, como é que tem tanto dinheiro e como*

*é que não pagam. É a leitura que se faz. Mas para todo o nosso bem e principalmente para quem governa é importante que esta questão fosse efetivamente explicada.*

*Segunda questão que eu gostava de colocar tem a ver com uma promessa que o Senhor Presidente fez aqui. "Eu vou baixar o IMI"*

*O Senhor Presidente disse aqui várias vezes que não baixava o IMI porque não lhe era permitido, acrescentando que a Câmara não precisava de ter o IMI no máximo e que ia baixar o IMI para 0.4. A minha pergunta é se com este excedente e agora que a lei permite que haja negociações com o Fundo de Apoio Municipal para baixar o IMI, se já começou a tratar desse processo? Não vá lá dar-se o caso de chegarmos ao fim do ano e não termos essas condições negociadas para baixar o IMI.*

*Uma outra questão que eu também gostava de colocar tem a ver com esta negociação com o FAM, no sentido de antecipar ou não a saída?*

*É importante perceber é se o excedente que aqui tem o que vai fazer. O vai reduzir, o vai aumentar, e se os aveirenses se irão libertar mais cedo do Fundo de Apoio Municipal, para que algumas das medidas que estejam condicionadas à gestão da Câmara possam desaparecer.*

*E, portanto, nós gostávamos de perceber claramente qual é o horizonte temporal que é possível antecipar, dado que supostamente o percurso de fundos disponíveis irá tendencialmente aumentar. Pelo menos durante mais um ano.*

*Uma questão de forma mais genérica, que depois tem ligações com outros pontos, foi por isso que o pedi ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para não discutir em conjunto, porque acho que é importante separarmos as questões, é uma pergunta muito concretas Senhor Presidente. É, para onde é que vão estes 30 milhões?*

*Eu já estou a deixar de lado os 8 milhões, já estou a deixar de lado. A pergunta concreta é para onde é que vão estes 30 milhões que a Câmara neste momento dispõe?*

*Já sei que me vai responder que há um conjunto de projetos e que há respostas em atraso do Tribunal de Contas, que há projetos que não arrancaram no ponto de vista do quadro comunitário de apoio, etc.*

*Mas nós queremos saber concretamente Senhor Presidente, para onde é que vai este dinheiro?*

*Como sabe há projetos que estão em discussão em cima da mesa, projetos que estão relacionados com o PEDUCA. Ainda hoje à tarde na reunião de Câmara Municipal houve uma apresentação, supostamente de um projeto que venceu um concurso de ideias — e nós queremos saber Senhor Presidente, exatamente, o que é que vai acontecer este fundo.*

*Vai aumentar, vai diminuir, para onde é que vai, qual é a sua aplicação. E depois, há um conjunto de questões que vão obviamente aparecer na discussão dos pontos três e quatro, se não aparecerem numa segunda fase de intervenção, obviamente condicionada pelas respostas que o Senhor Presidente irá dar e irá apresentar não a mim pessoalmente, não à bancada do Partido Socialista, não à Assembleia, mas aos Aveirenses."*

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[015](#)

*"Muito boa noite Senhor Presidente. Boa noite a todos. É muito telegráfico, apenas para transmitir o seguinte — e já uma vez o disse, acho que entramos aqui ao nível de discussão de detalhes, alguns são importantes, mas no grosso e na essência, o que temos é uma Câmara que tem reduzido o Passivo que herdou. E há um pai para este Passivo (ouvem-se vozes). Há dois pais, mas há uma tendência clara em que há um pico e há uma descendente. E o pico tem um pai. E é daí que foi o ponto de partida.*

*Eu já uma vez disse isto e relembro. Não houve um eleitor da cidade de Aveiro que mandatou, quer o executivo quer algum dos membros da Assembleia Municipal, a levar uma Câmara para uma troika — que é aquilo que hoje temos.*

*Ninguém mandou quer o executivo quer os membros da Assembleia para permitir uma coisa destas.*

*e depois na prática o que é que se verifica. Acabadinho de sair esta semana, recebi a minha notificação para pagamento de IMI — e eu tive um aumento de IMI de 5,9 por cento relativamente ao ano passado!*

*Sabem a que é que se deveu isto? Uma única coisa. É o facto de este ano eu não ter o apoio de IMI Familiar. De quem é a responsabilidade disto? Estão a ver as consequências de levar uma Câmara para o nível a que se levou. Isto é a consequência prática para os municípios, para os cidadãos. Tenho dito."*

Vogal Francisco Picado (PS)<sup>016</sup>

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)<sup>017</sup>

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>018</sup>

*"Boa noite a todos. Voltando ao ponto do Relatório de Gestão de Prestação de Contas, é de 'Contas' que estamos a falar.*

*Do nosso ponto de vista, do ponto de vista da bancada do PSD, estamos a falar de boas contas. Este relatório mais não demonstra que o resultado da aplicação e da execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, propostas pelo Executivo e aqui aprovadas. Tivemos o início do Plano de Ajustamento Municipal; início da operação de transporte da Transdev; a contratualização com Juntas de Freguesia e com as Associações Culturais e Desportivas, aposta forte na Saúde, na Educação, na rede viária, e uma aposta forte no Turismo, na atividade dos Museus, no Festival dos Canais, no festival das Dunas de São Jacinto, promovendo aqui a nossa praia.*

*Tivemos uma aposta forte nas obras. Obras em execução e em projeto. O aprofundamento do programa do PEDUCA — e nesta bancada fazemos claramente um balanço positivo e votamos favoravelmente este ponto."*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>019</sup>

*"Senhor Presidente muito obrigado. Muito obrigado a todos. Filipe Guerra o discurso político da nossa parte é sempre sério. Como somos seres humanos às vezes erramos. Mas muitas vezes acontece que há uma ligeira disfunção entre o rigor absoluto da formalidade contabilística e a substância política que interessa tirar de um número.*

*Quando nós referenciámos que tínhamos conseguido passar abaixo da fasquia dos 100 milhões, não estávamos a ser rigorosos na dimensão total contabilística do número. Estávamos a ser rigorosos no que respeita à dívida, deixe-me usar uma expressão banal, à dívida direta da nossa Câmara. Porque nós temos 8 milhões que são não são dívida nossa. São dívida das entidades participadas que é imputada em razão da nossa presença nessa participada, a nossa conta. E, portanto os dois números são verdadeiros.*

*É verdade que a nossa dívida direta já baixou os 100 milhões, não dissemos isso para mentir, era o que mais faltava, era até um bocadinho estúpido mentir-vos por causa de 8 milhões de euros. Não tinha pés nem cabeça, olhe quando a gente mente que o faça por um número a sério. Agora, porque isto não é 98 é 106, não tem sentido nenhum.*

*Mas era disto que estávamos a falar. E o número que aqui está é o número que tem que estar. É o número do rigor total que tem uma imputação de cerca de 8 milhões, estou a arredondar, que é a dívida das nossas participadas, que é imputada à nossa conta como manda a lei. Eu até tenho uma opinião muito especial sobre essa matéria, mas que agora não interessa para nada. Portanto, só para deixar claro ao Filipe o que é que querem dizer os dois números, que são dois números objetivamente verdadeiros, apenas um com o*

*absoluto rigor contabilístico e outro sem esse rigor contabilístico, mas que tem na dívida a nossa direta responsabilidade.*

*Segunda questão é a questão da Derrama. O valor da Derrama de 2017 foi para nós surpreendente! Porque nós vínhamos numa performance ali em cima dos 3 milhões e vamos para um valor que vai superar os 4 milhões.*

*Nós não temos nenhum indicador. Porque este país tem esta coisa inacreditável e passam os governos e nós reivindicamos e ficamos na mesma, nós não temos acesso ao número. Temos a conta final, mas não temos acesso à forma de como ele é construído, não sabemos. Portanto palpitamos.*

*Mas estranhámos aquele número porque é um número estranho. Porque, de facto, estamos em atividade económicas com crescimento, mas não dá para crescer tanto. Não temos aqui empresas que de repente de 2016 para 2017 dispararam os lucros e dispararam, obviamente, pagamento de IRC e dispararam Derrama. Não estamos a ver onde é que isso existe, independentemente de poder existir em uma ou muitas empresas que nós não vemos, porque não temos condição de ver.*

*Qual é a questão. No exercício dos primeiros três meses de 2018 veio-nos chamar a atenção de uma coisa. E o ofício da Autoridade Tributária, que já motivou um ofício que assinei há duas semanas a perguntar à AT "ó camaradas o que é que está a acontecer aqui". Porque nos comunicaram uma retenção, em razão de uma isenção, que alguém decretou sobre a Derrama de 2017 (que não foi descontado em 2017) e que nos estão a descontar na transferência de 2018 — e é apenas de 1,5 milhões de euros.*

*E portanto, o ofício que enviámos à AT foi perguntar à AT "o que é isto?". O que é que se passou aqui? Porque obviamente é surpreendente termos tido um crescimento da Derrama de 2016 para 2017, mas agora é muito desagradável, que nós saibamos, enfim, ainda sabemos muito pouco, mas sabermos que 1,5 milhões daquilo que é a vossa receita da Derrama de 2018 não vão ter, porque temos que reembolsar uma qualquer entidade a quem foi dada uma isenção que vale 1,5 milhões.*

*Portanto, só podem estar esta nota que, enfim, não tem exatamente a ver, mas tem a ver já com evolução destes 3 meses de gestão.*

*O Resultado Líquido é um resultado que, enfim, que nós registamos, mas obviamente que nós não queremos com esta dimensão financeira. Como é evidente o que nós queremos, para já, para nós não há cá lucros, essas palavras não são usadas aqui, como é evidente. Apenas esta matéria deriva de condicionalismos que me vou explicitar na resposta específica ao Francisco Picado.*

*Eu chamo a atenção a todos as "reservas" que o nosso Revisor colocou. Não apenas para a terceira, mas par as oito. Aliás, discutimos isto muito na Câmara porque foi suscitada a questão pelo Partido Socialista de nós negociarmos com o nosso Revisor a não colocação de "reservas" no nosso Relatório.*

*Para nós é muito importante a presença desta "reserva". Gostávamos que elas não estivessem lá? Absolutamente. O objetivo é para daqui a um ano não estarem cá nenhuma destas reservas. É um objetivo assumido, claramente assumido.*

*Estamos a trabalhar para conquistar esse objetivo. Mas, de facto, todas as reservas, a terceira e as outras sete, são de facto patologias, questões, que são apresentadas pelo nosso Revisor com toda a clareza — e que são problemas que nós temos para resolver. Não há nenhuma delas que indície ou que aponte para algo de grave, seja de que nível for. Seja de estabilidade na gestão financeira ou outro. Nada. Mas apontam para questões que estão erradas, de diferente tipo, e que nós temos que tratar. E que fixámos, repito, como objetivo para as Contas de 2018. E sair, obviamente, sair pelo mérito da gestão que vai ultrapassar as questões suscitadas pelo nosso Revisor.*

*A outra questão Filipe, até lhe fica mal. Mas, pronto, eu sei que estas coisas de vez em quando dão-se excessos. A verba de que falou do apoio às Associações de 2015 e 2016 é a verba do apoio às nossas duas Associações de Bombeiros.*

*Nós apenas apoiámos as Associações de Bombeiros financeiramente. Por motivos óbvios do cumprimento da lei FAM, porque a lei FAM considera que apoios aos Bombeiros são serviço público essencial. E considera que Cultura, Educação, Ação Social, etc. nada disso é serviço público essencial. Manda a lei e nós temos que cumprir.*

*E quando nós passámos para 1,2 milhões em 2017, foi porque tivemos o Plano aprovado. Cumprimos a Lei dos Compromisso, lançámos o PMAA que estava aprovado dois anos antes aqui pela Assembleia Municipal. E, obviamente, em razão da capacidade financeira que tínhamos, daquilo que negociámos com Fundo para termos esta verba referenciada no PAN e da necessidade das nossas Associações, iniciámos a execução do programa. Há eleições? Há eleições pois com certeza. Mas isso não nos inibe, não nos inibiu, de aumentar os impostos em 2017. Se seguissemos a lógica do Francisco Picado, só aumentaria os impostos em 2018. É bom que tenhamos consciência que eleitoralmente era capaz de ter sido muito interessante. Na lógica do Francisco Picado, é uma lógica que nós discordamos (e ele foi como sempre sério nessa abordagem) portanto o PAM chegou em 2017, o IMI de 2017 está arrumado, só quando decidimos o IMI de 2018 é que pumba, tínhamos passado 0.3 para o 0.4. A questão é que, na nossa análise, não é assim como sabeis. Nunca foi assim. A partir do momento que assinámos o primeiro contrato no quadro da Lei FAM, que foi o contrato do apoio transitório de urgência, de 10.5 milhões de euros, tivemos de cumprir as nossas obrigações.*

*Para nós isto é claro e cristalino, para nós e para o FAM, para o Governo, ainda por cima Governo de dupla condição partidária e, portanto, foi assim.*

*E assim como fizemos isso, que podíamos facto de ter feito um jogo para fugir a isso, também fizemos obras, são coisas boas, também fizemos apoio às Associações, são coisas boas. Pronto, fizemos tudo aquilo que devíamos fazer num quadro total de gestão da nossa Câmara Municipal.*

*Virgínia Matos, dar-lhe nota de discordância total dessa sua lógica. E se falar com os munícipes vai ouvir isso deles. Aliás, basta também apreciar o resultado eleitoral e vê o que é que os nossos munícipes pensam de tudo isto.*

*Dizer que os munícipes de Aveiro não vêm retorno ao seu pagamento de impostos é objetivamente falso. É passar um atestado de menoridade aos nossos cidadãos. Que além do mais, a um de outubro de 2017, nos entregaram uma maioria reforçada. Isso quer dizer que os nossos munícipes são acéfalos, são masoquistas? Enfim, estão mal governados, não veem retorno aos seus impostos e votam à mesma em quem está a fazer aquilo?*

*Todos nós temos consciência plena que isto não existe. Os nossos munícipes são gente avisada, são agente inteligente, e que obviamente aposta em projetos de gente que acha que têm bondade para a sua vida, para a sua terra, e futuro. Por mais que nos custe perder e a nós nos alegra ganhar. Mas julgo que ninguém acha que o povo em algum acto eleitoral tem uma paragem do cérebro e vota fora da inteligência e do bom senso. portanto, acho que isto não existe mais que doa perder. É a vida para toda a vida e eu queria.*

*Portanto dar-lhe nota da nossa total discordância, porque de facto em muitas áreas, das coisas mais físicas, da qualificação da rede viária, às coisas imateriais, de voltarmos à gestão da habitação social, ao trabalho social com os nossos inquilinos, criámos e ativamos e começámos a financiar e apoiar financeiramente, no âmbito do Fundo de Apoio às Famílias, que nós criámos, sem limite financeiro, etc. Foram de facto muitas atividades que deram de retorno aos nossos cidadãos.*

*E, portanto, esta é a verdade objetiva, que em razão das dúvidas, um ato eleitoral sempre esclarece de forma clara e democrática, julgo que ninguém tem dúvidas tivemos um ato eleitoral absolutamente democrático.*

*E ouça, essa coisa do combate à precariedade laboral, essa coisa tem que tratar dessas matérias no quadro do Governo da troika que nos governa, no quadro do Parlamento, porque como sabe isso não é do nosso dossier. Mas nós sim acabámos com a precariedade laboral na Câmara Municipal de Aveiro. 2017 é um ano capital, cumulativo daquilo que aconteceu nos anos anteriores. Nós tínhamos 200 precários cá, tínhamos 22 auxiliares de ação educativa (vergonhosamente contratadas) etc. E tudo isso acabou até ao final de 2017. E portanto, se quer exemplos de combate à precariedade laboral, pois tem na Câmara Municipal de Aveiro um bom exemplo, mesmo antes de chegar a nova legislação. Com a nova legislação, como é que fariamos, cumprindo a lei pois com certeza. Mas cumprimos a lei com a legislação que tínhamos. A vida tem de ser feita assim. Não é possível estarmos hoje a governar com a lei que vamos ter daqui a um ano ou a quatro. Não é possível. E se quer bons exemplos para pôr lá no Bloco de combate à precariedade laboral, pois tem na Câmara Municipal de Aveiro um excelente exemplo.*

*Quero agradecer ao Jorge Greno ter ido buscar uma matéria que é muito importante. E que muitas vezes foi trazida aqui pelo lado negativo. De que havia pressões sobre os funcionários, de que havia coisas horríveis, isso foi trazido aqui a esta assembleia várias vezes. De facto, aquilo que está no Balanço Social e se compararmos com o Balanço de 2014 ou 2013, é de facto uma evolução notável, naquilo que são as performances em vários rácios, não ainda em todos, e não ainda com níveis de excelência como nós queremos chegar. Mas já com níveis bons, aquilo que é a performance conseguida no nosso Balanço Social a vários níveis é, de facto, uma nota muito positiva que este trabalho tem nessas matérias do absentismo, dos acidentes de trabalho, do rácio da produtividade. Porque nós estamos a fazer muito mais com menos recursos humanos. Portanto, temos recursos humanos muito mais produtivos, o que é fundamental em qualquer organização, e também na noutras áreas, que não parece que são importantes, mas são muitíssimo importantes. O Jorge Greno referenciou o fardamento. Foi um enorme investimento, muito complexo, porque tivemos problemas imensos no concurso, foi um processo muito complexo, mas que tem a ver com tudo. Tem a ver com a Higiene e Segurança e com a Saúde no trabalho. Tem a ver com a imagem, tem a ver com a autoestima dos funcionários, tem a ver com muitos aspetos e, de facto, houve a esse nível do investimento no nosso pessoal, nos nossos funcionários, uma evolução muito importante e muito positivo.*

*Francisco Picado. Enfim, quero dar-lhe nota da questão da nossa divergência e queria deixar claro que, quando salientamos 4 pontos para justificar o Saldo, obviamente que esses 4 pontos estão assentes numa realidade, que foi a realidade da gestão, que teve medidas sobre a Despesa e teve medidas sobre a Receita.*

*Nós agimos sobre a Despesa, como disse, mas também (e bem) agimos sobre a Receita. E obviamente, há contributos da Receita e da Despesa como temos todos consciência.*

*Agora, quando vamos verificar quais foram as razões do Saldo, porque é que o Saldo de 2017 é tão alto, obviamente que isso assenta nas 4 justificações, que de forma clara e cristalina, aqui estão escritas e depois repetidas na Revisão (que já lá vamos).*

*E, portanto, a história toda está implícita, está lá dentro, é a base sobre a qual trabalhámos. Mas as razões tem uma outra lógica que obviamente e muito bem entende.*

*E disse bem, também, de que este foi o resultado esperado e planeado — é verdade.*

*O resultado de 2017 não é acaso, não é distração, não é o euromilhões. Não. O resultado 2017 foi aquilo que planeámos e foi aquilo que esperávamos.*

*É evidente que podia ter sido outra coisa? Claro que podia ter sido outra coisa. Se o PAN não viesse Janeiro e viesse em Julho ou em Novembro era uma coisa radicalmente diferente.*

*Está assumido com clareza que foi assim que quisemos. Falámos muitas vezes sobre isto na Câmara, aqui na Assembleia Municipal, até lhe chamámos várias coisas, até aquela expressão infeliz da ministra das finanças da altura "a almofada", para explicar o que é que estávamos a fazer. A importância de não correremos qualquer tipo de risco na reconquista de capacidade financeira da Câmara Municipal e da sua credibilidade.*

*O Francisco Picado em dois momentos pergunta "o que é que vamos fazer ao excedente"? Eu não vou esgotar agora o ponto 4, pois vamos falar sobre isso com meridiana clareza no ponto 4. Porque o ponto 4 é para isso. É para saber o que é que vamos fazer ao "excedente".*

*Não querendo fugir, como é evidente, lá explicaremos. Mas não sem deixar uma nota de introdução a matéria, para depois irmos aos pormenores. A primeira é que no Plano e Orçamento que está em vigor e que aprovámos aqui, estão lá 17 milhões de euros na coluna por definir. Isso é uma previsão de Saldo. Ok.*

*Há 8 milhões que não pusemos lá, porque não tinha previsão possível, porque tínhamos que justapor PAM (que foram os 8 milhões que ficaram disponíveis no quadro do pagamento da dívida). Portanto estes nunca poderíamos ter colocado como é evidente.*

*Portanto temos um valor de cerca de 7 a 8 milhões de "erro" na previsão do Saldo do nosso Plano e Orçamento. A lógica é que, quando fizemos o plano e orçamento deixámos claro qual é o destino do Saldo provisional. E aquilo, que agora são os milhões a mais do Saldo desta previsão, está claro, claríssimo, na proposta de revisão que a Câmara já aprovou e que traz à Assembleia Municipal, com a proposta de aprovação de saber para onde vai o dinheiro. A seguir já iremos falar, um a um, dos sítios para onde vai esse dinheiro.*

*Indo às perguntas que o Francisco Picado colocou, julgo que criaram alguma confusão. Eu espero que não tenha sido ao Francisco Picado!? Porque se não aqueles créditos que tem de especialista nesta matéria, ficam gravemente abalados.*

*Há uma notícia do Conselho de Finanças Públicas na semana passada, que referência que a Câmara Municipal de Aveiro é a terceira no ranking dos não pagadores. Que tem pagamentos em atraso — somos a terceira. Por que é que somos a terceira?*

*É evidente que notícia de jornal é notícia de jornal, mas para quem quer analisar isto com pormenor tem mesmo de ir analisar isto com pormenor do Conselho de Finanças Públicas. Foi isso que eu fiz, obviamente. E até para explicar isto a muitos jornalistas que falaram comigo e que expliquem, nomeadamente os jornalistas da área da especialidade do Jornal de Negócios, que enfim, levam estas matérias a um nível de profundidade diferente do jornalista, jornalista. Que é que se passa!? A nossa Câmara tem ou não tem pagamentos em atraso? Tem. E o que é que são os pagamentos em atraso em termos de rigor formal? É a dívida que está "abrigada" no empréstimo do PAM.*

*Dizendo de outra maneira. A dívida que vamos pagar, neste caso que ainda não pagámos com o empréstimo que vamos recebendo do FAM, mas que de facto ainda não pagámos e está em atraso.*

*E está em atraso com a idade que ela tem. Nós já pagámos os 13,35 milhões à REFER? Não. Porque assinámos um acordo para pagarmos em 6 tranches trimestrais. Em razão das 6 tranches trimestrais que recebemos do FAM. Portanto temos em atraso três pagamentos à REFER. E isto é verdade.*

*Depois há outra verdade. É quase igual à conversa bocado quando estava a falar com Filipe de estarmos acima ou abaixo dos 100 milhões.*

*Qual é a outra verdade? É que de facto, nós não temos pagamentos em atraso, porque o nosso dia-a-dia, a nossa despesa desde janeiro de 2015 é paga na hora.*

*Tem uma exceção, mas que está relatório, de 26 mil euros, que é uma fatura que não podemos pagar porque a entidade não pode receber, por questões de incumprimento com as Finanças, ou com a Segurança Social. É só isso. Que não é responsabilidade nossa. E a outra parte devemos considerar dívida? Claro que consideramos dívida. Mas ela é dívida PAM como nós sempre chamamos. É dívida que está no PAM.*

*Pronto. É só isto que está em causa. Porque é que Portimão, que tem uma dívida bem superior à nossa, não está no ranking? Portimão tem zero pagamentos em atraso. Fechou com zero porque já executou todos os pagamentos. E como Portimão está a cumprir o plano de pagamento ao Fundo do FAM, não tem pagamentos em atraso. O que vai acontecer connosco? Em Junho temos tudo pago. Salvo alguma coisa tipo de família Ramos que não seja possível efetivamente pagar. Mas vamos deixar isso como exceção e sai da conversa. Chegamos ao fim e com o dinheiro transferido pagamos a dívida toda.*

*Só voltamos aos pagamentos em atraso que nos atrasarmos a pagar aquilo que vamos comprando e se incumpriremos o plano de pagamentos com o FAM e com os bancos alguns empréstimos velhos.*

*Portanto, Francisco Picado, é isto. Há pessoas a quem já expliquei isto é fácil de perceber. É evidente que isto assim tratado com uma frase ou duas, pois com certeza, dá confusão. É linearmente e com toda a exatidão isto que aconteceu.*

*Cita o Francisco Picado "vamos baixar o IMI para 0.4%". Este Saldo, esta capacidade financeira que hoje temos, aumenta muito a probabilidade da proposta que vamos fazer, ter merecimento do Fundo. A proposta que vamos fazer de baixar o IMI de 0.45 para 0.4, vamos perder, arredondado as contas, 2 milhões de euros.*

*Temos condição na nossa estrutura financeira de abrir mão de uma receita de 2 milhões? Temos sim senhor. E aquilo que esta conta diz é exatamente isso.*

*Precisamos de mais uma coisa. É que o quarto relatório de execução do PAM tem que dizer a mesma coisa de nós. Hoje tomamos formal conhecimento na Câmara do 3.º relatório. Já foi transferida a 3.ª tranche. E vamos terminar o 4.º relatório. O 4.º relatório fecha 2017. É o 4.º trimestre de 2017.*

*Com a entrega, quando nós enviarmos o relatório para o Fundo analisar, em simultâneo enviámos um ofício a solicitar a abertura formal do processo de revisão.*

*Porque os documentos que o FAM precisa para abrir formalmente um processo extraordinário (relembro que a Lei FAM só permite revisões ordinárias após 2 anos de execução do programa), mas tem uma cláusula que permite revisões extraordinárias se existirem motivos que o justifiquem. E os motivos que existem, já os explicámos aqui, já os explicámos ao Fundo — e Fundo aceita que são motivos que justificam uma revisão extraordinária. E, portanto, com o relatório que vamos enviar, vai também um ofício de a solicitação formal de abertura do processo de revisão extraordinária e com a proposta base. Não a proposta técnica porque isso tem uma tramitação liderada pelo próprio fundo. Mas vão as ideias base, as ideias principais, já muito objetivas de, em que é que queremos mexer no programa que temos em vigor.*

*Portanto já começámos a tratar disso e é assim: 4.º relatório apresentado com proposta de revisão. Na proposta de revisão vai a proposta de redução do IMI para 0.4%.*

*Uma das coisas que entra na revisão é uma previsão de receita de IMI, adequada à taxa de 0.4% e diferente da taxa de 0.5%. E por aí temos um outro ganho de argumento, um outro elemento que nos dá grande causa, que é o facto de estarmos com uma coleta de IMI superior àquela que fizemos provisionalmente.*

*Portanto estamos a trabalhar neste sentido Francisco Picado. E é por este exercício que é aberto formalmente o processo. O compromisso que temos do Presidente do Fundo é de que até ao Verão conseguiremos ter o nosso processos tratado para que em Outubro quando levamos à Câmara e depois transitarmos para a Assembleia a proposta do pacote fiscal e o Orçamento que tem de ter parecer prévio formal do Fundo e é nesse âmbito que*

*se terminará com o parecer positivo do FAM ao nosso Orçamento para 2019, que irá lá com uma taxa de IMI de 0.4%.*

*A antecipação da saída. Não há negociações para a antecipação da saída. Aquilo que dissemos desde o início foi (e que o dissemos desde o início da execução do programa) é que se continuarmos a gerir bem como estamos a gerir, se continuarmos a baixar a dívida como estamos a baixar, vamos conseguir antecipar a chegada ao 1,5 de rácio (entre a dívida e a receita) dois ou três anos antes de 2023, que é o ano que está no programa.*

*Está dito e está repetido. Não temos que fazer nada. Não há aqui nenhum processo de negociação de coisa nenhuma. Há uma execução que dá ou não dá, essa possibilidade.*

*É evidente que nós lembramos sempre, que temos aqui uma dupla vida muito importante para fazer — e estamos a fazê-la e não abrimos mão de a fazer. Que é estarmos a pagar a dívida, estarmos a racionalizar a gestão, e estamos ao mesmo tempo a aumentar o investimento e a fazer obra. Das coisas mais básicas em termos de infraestrutura até às coisas mais elaboradas, para algumas cabeças mais dispensáveis, como Cultura, Marketing, etc.*

*Nós temos que estar nesta dupla plataforma que tem as suas tensões negativas, mas que é fundamental. Parar para pagar a dívida e ficarmos felizes não é nossa opção. Era um erro grave de gestão financeira e era um erro dramático de gestão política e social.*

*E, portanto, isto é uma opção clara. Lá iremos falar sobre isto na Revisão, mas temos que cuidar da nossa vida. Entre outras coisas conseguimos antecipar a chegada ao rácio de 1.5 E dirigimos uma parcela de 1.5 milhões, do objetivo que temos que nos dê uma receita no mínimo de 8 milhões em venda de património, que vai direto para o abatimento da dívida. Além de, também já falámos sobre isso, temos consciência clara de que vamos poder também baixar a incidência das participadas (da dívida das participadas) nossa Conta, entre outras operações.*

*Eu terminaria com aquilo que o Manuel Prior e o Filipe Thomaz referenciaram, que é "temos boas contas". De facto, o que está aqui, são boas Contas. Podemos achar que temos Receita a mais, que temos um Saldo a mais, com certeza, tudo isso é plausível e é aceitável como é evidente. Mas há uma coisa que nós não temos. Não temos coisas negativas nem a mais, nem um pouquinho só. Não temos.*

*E isto é capital. E foi isto que os nossos cidadãos entenderam no dia um de outubro. E é isto que está contado de forma clara e cristalina neste documento. As "boas contas" não têm lá dentro "más contas". Não temos tensões negativas em lado nenhum. Não disparou a despesa de forma absurda em nenhum sítio. Não disparou a dívida em lado nenhum. Aqueles que são indicadores de "más contas" aqui não existem. São discutíveis indicadores de "boas contas"? São sim senhor. Nós somos a favor de Saldos de 30 milhões? Não. Queremos chegar ao final de 2019 com saltos razoáveis e normais, folgados, mas que tenham poucas unidades de milhão e não três dezenas de milhão.*

*Agora, isto é uma coisa positiva. E de facto, isto são "boas contas", quando nós, misturadas com coisas que não são simpáticas. Vejam lá que o Filipe Tomaz, um rapaz que contribuiu para o crescimento da população nacional, mas teve um estímulo negativo, quando agora recebe o IMI e diz "ó pá, então o contributivo positivo que eu dei à sociedade, que a minha Câmara saudou-me fiscalmente em 2017 e em 2016 com o IMI familiar, então agora estes malandros tiram-me o IMI familiar. E aquilo que eu ouço dizer de que toda a gente pagava menos IMI porque a taxa passou de 0.5 para 0.45% para mim aumentou em 5.9%"*

*Eu deixo aqui um cumprimento às crianças do Filipe, aos filhos, e a todos os jovens um cumprimento a eles todos e um compromisso. Não nos deixam de ter IMI Familiar. A Lei que está em vigor e a "geringonça reinante" ainda não alterou nem uma vírgula, quanto mais mudar de regime — nem uma vírgula quanto mais mudar de regime. Temos que cumprir a Lei. Apenas o Filipe sentirá e os "outros filipes" que tinham ganho pelo IMI*

*Familiar, quando nós agora passarmos de 0.45 para 0.4, essa redução dissolverá a outra redução, que agora não existiu, da perda do IMI Familiar. Porque se a lei for igual à que é hoje, nós vamos continuar a propor, mas vão continuar a chumbar e nós obviamente também não andamos aqui a brincar. Se é não é não, isso está absolutamente claro.*

*Portanto queria evidenciar isto, porque estamos com um documento que demonstra 'boas contas', capacidade, rigor, e especialmente uma base forte e positiva para prosseguirmos em 2018 e em 2019, que é o que vai chegar, prosseguirmos este caminho da racionalização, de capacitação, de credibilização, e também de crescimento no investimento e na qualidade dos serviços que prestamos aos nossos concidadãos. Muito obrigado."*

#### Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[021](#)

*"Senhor Presidente, relativamente à intervenção (e estava à espera) do Senhor Presidente da Câmara Municipal, digamos das notas que fizemos, relativamente à política e relativamente a esta Prestação de Contas deste último ano, sobretudo ver que o princípio desta ação tem a ver com a aplicação do PAM. Contrariamente o Senhor Presidente dizia que faria com uma perna atrás das costas. Mas, afinal, só foi da segunda vez, pelo que foi com as duas pernas atrás das costas.*

*Relativamente ó que é aplicado, o que nós perguntamos é efetivamente se a Câmara Municipal, com a sua folga orçamental, está disponível para incrementar, aumentar definitivamente, a prestação de apoios sociais, a pessoas que residam neste concelho e necessitam tremendamente.*

*Sabemos efetivamente da inexistência ou quase inexistência de apoio social. Sabemos que há um projeto que o Senhor Presidente gosta muito de vangloriar-se, que é um projeto ad-hoc, digamos, vai vendo quem é que merece quem é que não merece, sabe-se lá porquê! Será se calhar a maneira mais efetiva de garantir mais alguns votos. E relativamente aos 20 mil euros previstos para a execução das necessidades habitacionais, temos zero não é. Gostava também de realçar nesta Assembleia que Aveiro quinto concelho onde há mais mendicidade de todo o país. Dados da rede europeia anti-pobreza.*

*Se nós circularmos na Avenida toda a gente percebe que há muita mendicidade e pessoas que necessitam grandes necessidades sociais, com a intervenção da Câmara, com esta folga orçamental que tem, não sabemos. Sabemos que o Senhor Presidente também não nos quer explicar.*

*E relativamente também ao outro ponto, faz o primeiro da concessão dos transportes públicos de Aveiro. Inicialmente o Senhor Presidente (e o Bloco de Esquerda trouxe aqui várias vezes ao debate essa questão se o Senhor Presidente nessa altura dizia que não havia problema nenhum. Afinal já veio rever a sua última posição e afinal há um problema entre Janeiro e Fevereiro. Há um processo de um crescimento relativamente entre a Câmara Municipal e a AveiroBus, e é de enaltecer que de facto há um pessoa atrás relativamente à sua análise inicial.*

*Podemos falar de outras coisas, mas ficava-me por aqui e só salientar relativamente ao PAM que exige que os serviços públicos essenciais sejam investimento, já percebi que os bombeiros são o único serviço essencial que está investido na Câmara. Muito obrigado."*

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[022](#)

*"Muito obrigado Senhor Presidente. Apenas um rápido comentário que aqui fui ouvindo, nomeadamente do PS e do Bloco de Esquerda. Que ouvimos todos os dias na imprensa*

*vangloriar disso, do crescimento da economia, a economia cresce, economia cresce, mas depois não percebem que há impostos que sobem porque a economia cresceu.*

*No caso da Derrama o Senhor Presidente já deu uma explicação de que haverá falha de uma retenção, e que portanto o valor não está ajustado. Mas também a Derrama, provavelmente só o IRC pago em 2018 relativamente aos resultados das empresas de 2017 é que irá ter um aumento importante.*

*Mas quanto ao IMT que é de 2017 e é relativo às transações imobiliárias, há um aumento significativo — e aí não houve um aumento de taxas. É um aumento da atividade económica.*

*E, portanto, esse aumento da atividade económica que existe e que é bom para todos, tem naturalmente que ter reflexo no aumento de receitas fiscais que a Câmara Municipal de Aveiro tem. Quem não percebe isto é porque, enfim, precisará de um Excel novo se calhar."*

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[023](#)

*"Muito obrigado Senhor Presidente. Duas ou três notas breves. Uma de pormenor e outra nem por isso. Relativamente à questão da nossa divergência sobre o IMI e a aplicação do IMI, eu prometo que é a última vez que vou falar disto.*

*Mas convinha deixar aqui uma nota que eu acho que daquilo que pude entender das suas palavras, não ficou esclarecida. Eu não disse que o Senhor Presidente não podia aumentar o IMI. O que eu disse é que, no meu ponto de vista, esse aumento não era justificável pelo facto de o PAM estar em vigor — são coisas diferentes.*

*Portanto, que fique bem esclarecido que eu nunca referi que achava que o IMI não podia ou não devia ser aumentado.*

*O que eu fiz questão de frisar foi que essa era uma questão política. Que era uma questão que estaria, obviamente dentro daquilo que era a intenção do Senhor Presidente. Entendeu que era essa a solução para resolver aquilo que tinha que resolver. Agora, o que eu sempre referi, é que, no meu ponto de vista, isso não podia ser assacado ao facto do PAM estar em vigor. É uma pequena nunce mas faz toda a diferença.*

*Segunda questão. Para que eu possa não deixar os meus créditos por mãos alheias, eu gostava que o Senhor Presidente, relativamente à questão da dívida, fizesse este exercício: que retirasse essa dívida velha e que me respondesse qual é o prazo médio de pagamento que a Câmara tem neste momento, com as dívidas que resultou na atividade corrente da Câmara?*

*Com certeza poderá não conseguir responder agora, mas pelo menos terá uma ideia em que ordem de grandeza anda o prazo de pagamento médio da Câmara, retirando a dívida que obviamente se tiver 20 anos vai influenciar esse indicador.*

*E, finalmente. Antes disso. Fazia também questão de deixar nota de que não fui eu que transportei mais uma vez a conversa para o passado. Mas se fizerem questão de continuarmos a debater aqui esses assuntos, o que eu peço apenas e que não selecionamos passado do qual queremos falar! Ou bem que falamos do todo ou bem que não falamos de nenhum. Agora, memórias seletivas é que não são propriamente aceitáveis numa discussão deste género. E, portanto, se quiserem falar de 1997 a 2005, pois então falemos, mas falemos também de 2005 a 2013 — e já agora 2013 a 2017.*

*Portanto é a única nota que deixava sobre este assunto. Não fui eu que puxei a conversa para quem é que fez a dívida, quem é que não fez da dívida. Porque se não iremos ter aqui uma discussão que talvez não seja tão agradável como as pessoas possam pensar. Mas, enfim, deixemos isso para outro lado.*

*Finalmente, penso que ficou dos esclarecimentos que o Senhor Presidente deu, e hoje foi mais completo, está mais bem-disposto, na última estava um bocadinho tenso.*

*Eu acho que a questão que está aqui em cima da mesa (Senhor Presidente, eu não me incomodo com os apartes, mas enfim). Penso que ficou completamente clarificada — e isso é importante fique completamente clarificado na cabeça dos aveirenses. Há um 'excedente'. E a decisão que se coloca aqui é o que fazer ao excedente. Ou antes disso é o de perceber se o excedente vai diminuir, vai manter, ou vai aumentar.*

*Outra questão que é importante também perceber e ficar completamente clara é, de onde é que deriva esse excedente? E essa não é uma questão despicienda. Ou seja, é importante claramente perceber de onde é que vem esse excedente. E como o Senhor Presidente bem sabe e já me disse aqui várias vezes, é normal que nas autarquias os impostos representem uma fatia significativa daquilo que são as receitas das autarquias.*

*Finalmente. A última questão que importa ficar aqui clarificada e que nos vai transportar para outro tipo de debate é o peso, a prioridade, a intensidade, que o Executivo vai aplicar àquilo que vai fazer com o excedente. Ou seja, vai investir, vai reduzir a dívida, ou vai fazer outra coisa qualquer? É extremamente importante que esse tipo de decisão seja absolutamente clara. Como percebe as coisas não são exatamente iguais.*

*E isso transporta-nos para a questão fundamental. Eu estive aqui a fazer um resumo, não vá dar-se o caso de alguém querer novamente falar do passado. Eu vou omitir o período da autarquia de 2005 a 2013.*

*Mas não vou omitir o mandato anterior do Senhor Presidente. E a pergunta que se impõe, e que foi feita pelo PS em diversas instâncias. Nós já percebemos que o desígnio do seu primeiro mandato se chamou PAM. Está concluído, está fechado esse capítulo. E a pergunta que sempre lhe foi feita é "e depois do PAM em vigor o que é que acontece"?*

*E estas perguntas encaixam-se. Ou seja, tem o PAM em vigor, transformou a dívida, tem a disponibilidade nas contas que tem, voltamos sempre à mesma questão: "mais investimento ou mais redução de dívida"?*

*Porque isso remete-nos para a questão fundamental aqui. Que tipo de investimento? Onde investir? Onde e o que fazer? Temos em cima da mesa, como bem sabe, a rábula do PEDUCA, temos a Avenida, temos o Rossio, temos as Ciclovias, temos um Pavilhão Desportivo Municipal, temos a Piscina Municipal, temos um conjunto de investimentos — e eu penso que a questão fundamental é a de perceber que prioridade é que o Senhor Presidente vai dar a estes investimentos.*

*Temos Cultura, temos Economia, temos Turismo, temos Desporto, temos Ação Social — e o dinheiro não chega para tudo. Vai colocar o investimento a que nível e onde? Ou vai prescindir do investimento e reduzir a dívida e poder antecipar claramente a saída do PAM em três anos, como disse.*

*E essa é a questão. Eu deixava esta pergunta, que não terminará nesta sessão com certeza e levar-nos-á nos próximos quatro anos a falar deste assunto."*

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[024](#)

*"Obrigado Senhor Presidente. Aqui e apenas quatro notas muito rápidas. Em primeiro lugar, por uma questão também de delicadeza, retribuir ao meu amigo Francisco Picado as palavras que ele me dirigiu e dizer também que aparte da amizade, assim que entrei aqui na Assembleia Municipal, imediatamente aprendi a respeitá-lo pelas posições normalmente toma e as observações que costuma fazer.*

*Segunda nota, era apenas também para agradecer as palavras do Presidente da Câmara em relação aos avisos para os meus filhos e também lhe retribuir a gentileza da argumentação rebuscada que utilizou no parecer ao FAM, para tentar justificar o IMI Familiar, mas que infelizmente, por força da lei não foi possível. Eu essa é a parte que tenho pena, mas os esforços da parte da Câmara no sentido de reduzir o peso desse*

*imposto, para mim são claras e visíveis. De maneira que fica também aqui a nota de agradecimento ao Senhor Presidente.*

*Também, corroborar aquilo que o deputado Jorge Greno disse relativamente ao aumento de receitas em algumas das rubricas. Isso já foi até discutido aqui no âmbito das GOPs do plano de atividades. Nomeadamente, um dos impostos que precisamente mencionei que é o IMI, em que efetivamente o aumento do IMI, também se deveu em grande parte ao facto de muitas pessoas que estavam em regime de isenção começaram efetivamente a pagar IMI — e isto vai certamente sentir-se nos próximos anos. Eu também me identifico com isso porque na altura em que adquiri habitação própria, foi no início do boom da construção, tive ali uns anos de digamos de isenção, que me souberam muito bem, mas já os terminei há algum tempo e tenho visto muita gente efetivamente a perder esse regime de isenção e, portanto, começam a contribuir para as contas e daí o aumento de receitas nalgumas rubricas.*

*Francisco Picado, eu não sei se a do recado relativamente ao passado e a seletividade no passado, se me foi dirigida a mim ou não. Mas só transmitir-lhe isto. Essa seletividade para mim só tem a ver com uma coisa, que é o conjunto de medidas que, no exercício das funções governativas são tomadas, que depois tem fortes implicações para as gerações seguintes. E isso para mim é a seletividade que eu faço. Não é digamos por análise de ciclos políticos. Há muito pouco tempo, numa numa ação que houve cá em Aveiro; do cluster do mar, estive com um professor meu, que é o professor Daniel Bessa, estivemos a falar um bocadinho não na esfera obviamente da Câmara de Aveiro, mas ao nível do país, e a páginas tantas mencionei o professor Medina Carreira — e ele respondia-me "pois, pois, esse de facto é o menos responsável porque esse em boa-hora avisou".*

*Isto para dizer o quê? Isto são medidas que são tomadas que já vêm de muito longe e que ainda hoje têm um impacto muito grande.*

*Este impacto do FAM porque é que se fez sentir na altura em que se fez, se a dívida já era tão grande quando vinha de lá de trás?*

*É pela simples razão de que tivemos uma crise mundial com um problema de liquidez de banca e quem andava a financiar fechou a torneira. E isso sentiu-se na no setor privado, no setor público, em todo o lado. É é claro que, não obstante a trajetória da dívida de há muitos anos para cá, vinha de um pico que começou a descer, ela só se transforma concretamente em ações de troika, nomeadamente no município de Aveiro nesse período. Mas as medidas foram tomadas lá atrás. E é esta dimensão que às vezes me preocupa nesta gestão pública porque é fácil passa-la para os mandatos posteriores.*

*E já agora dizer o seguinte e com isto termino. Esta posição e esta insistência do Partido Socialista em tentar perceber quais são as prioridades deste executivo no que toca ao pagamento da dívida e à antecipação, digamos do ano 2023, para resolver o problema com o FAM, é algo que eu não deixo de achar curioso porque às vezes, não quero ser incorreto, mas às vezes a sensação que dá é "vamos parar o município, vamos parar os investimentos", preparem lá o terreno do ponto de vista da gestão da dívida e do Passivo que a Câmara tem, porque a democracia tem destas coisas, que é a rotatividade, e o PS tem muita gente muito competente e um dia há-de lá chegar — mas querem é um terreno bem limpo e bem arrumadinho, para depois siga a festa e gerem com à vontade.*

*E isto é a imagem que às vezes passa. Eu acho que isso não é de todo positivo. Tenho dito. Obrigado."*

Vogal Francisco Picado (PS)<sup>025</sup>

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)<sup>026</sup>

## Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>027</sup>

*"Senhor Presidente, muito obrigado. Eu acho sempre graça a esta dialéctica. Foi o Presidente Alberto Souto, debaixo da sua responsabilidade, que produziu o pico dívida. Não foi o Presidente Élio Maia que produziu a dívida. O Presidente Élio Maia o que não teve foi o engenho de resolver o problema da dívida.*

*No tempo do Presidente Élio Maia a dívida baixou. Teve uma ajuda capital que foi a criação da ADRA, porque passaram para a ADRA 250 funcionários, uma despesa anual de cerca de 7 milhões de euros, tendo o seu Saldo sendo substituído por uma retribuição muito superior ao Saldo que ia ter durante a acumulação de uma década.*

*E, portanto, esta é a história. Agora o que interessa mesmo é que a governação do Presidente Élio Maia no segundo mandato foi um desastre.*

*O Partido Social Democrata e o CDS-PP decidiram mudar. Porque entenderam que aquele caminho apertava e estava absolutamente esgotado e não tinha futuro. Fazem uma coisa que não é normal nos partidos. Os partidos têm de facto um conservadorismo em Portugal absurdo, completamente absurdo.*

*Há países que já aboliram até os partidos. A França por exemplo em que os partidos tradicionais, com a evolução da sua democracia desapareceram e é cada Presidente eleito que cria o seu próprio partido. Mas em Portugal não. Há o fixismo partidário Portugal, que é que, na minha opinião, uma das doenças da nossa democracia. E aqui há dois partidos tiveram coragem de dizer, não, não. Nós não podemos ir mais por aqui porque estamos errados.*

*E o Presidente Élio Maia deu uma ajuda imensa para acabar com esta conversa. É que foi candidato. Assumiu politicamente aquilo que tinha feito assumindo a sua candidatura e nós fomos juntos num outro processo e os cidadãos entregaram-nos e já reentregaram a sua confiança para fazermos o nosso trabalho.*

*António Neto nunca disse que faria nada com uma perna atrás das costas! É uma expressão que eu não uso. E sempre acho lamentável que o Bloco de Esquerda me cite com frases que eu não uso. É uma frase que eu nem sequer nunca uso, nem para o PAM nem para coisíssima nenhuma. Portanto fique lá com as suas invenções que eu fico com o meu trabalho e com as minhas declarações. E tudo o resto que disse são coisas que não interessam para nada. Faça é a geringonça o seu trabalho de ajudar quem precisa de ajuda, de ajudar a trabalhar quem ainda não percebeu que é trabalhar que se ganha a vida, etc. e deixem de fazer disparates que é o que andam a fazer. Em termos sociais são disparates.*

*Emitam o programa nacional de habitação que estamos à espera dele. Tratem das coisas e não ponham para as Câmaras (e não é para de Aveiro) não ponham nas Câmaras as responsabilidades legais e financeiras que estão no Governo do país, naquilo que respeita ao apoio social aos cidadãos.*

*Francisco Picado, há uma coisa, uma palavra, que é bom clarificar. O "excedente"! Nós não temos nenhum excedente. Nós temos um Saldo que basicamente deriva de um ato de gestão e de um acordo que fizemos com o FAM. O ato de gestão é que o investimento previsto para 2016 e o investimento previsto para 2017, no quadro do PAM, não pode ser executado.*

*Porquê? O de 2016 sendo o quarto trimestre o primeiro trimestre do PAM, não podia porque o PAM foi aprovado no primeiro trimestre de 2017. E em 2017 sendo verdade que o PAM foi aprovado no primeiro trimestre, todo o trabalho burocrático, lei dos compromissos, projetos, contratos de financiamento, etc, etc. não podia produzir o nível de investimento que tínhamos referenciado para 2017.*

*E em 2018 já é um ano que vai haver uma expressão relevante nessa dimensão financeira, mas não pode ser muito relevante por força de todo o acto preparatório para que haja investimento de grande envergadura. Esta é a realidade objectiva.*

*E aquilo que acordámos com o fundo foi, esta nossa disponibilidade financeira, nós queremos usá-la para fazer o investimento que o PAM tem previsto e que nós, por não termos aprovado, não o podemos executar.*

*E o fundo disse, sim senhor, nós concordamos, podem seguir em frente. E é por isso que por exemplo, o nosso Plano e Orçamento para 2018, tem já apontada despesa em Investimento para 2019, de 35 milhões de euros. Porquê? Porque nós pegámos no saldo provisional e já o afetamos (entre aspas) a investimento. A mais entre 2018/2019, em razão do investimento a menos nos anos de 2016 e 2017, no que respeita à previsão do PAM.*

*Portanto não há nenhum excedente. Há uma operação tranquila, linear, de pormos a nossa conta de investimento em ordem, usando mais tempo, porque a teoria do PAM não se aplica na prática, porque não é possível disparar investimento, disparar despesa de capital, desde o momento em que chega o visto para os dois meses seguintes.*

*Portanto é só isto que está em causa objetivamente. Não há cá excedente. O que é que vai acontecer ao Saldo? O Saldo ainda vai ser grande no final de 2018, mas substancialmente menor do que o que tivemos e final 2017. É minha previsão que andarás algo acima dos 20 milhões e irá para as poucas unidades (a minha previsão entre 5 e 8 (por aí) no final de 2019.*

*E é nessa zona de conforto que nós queremos estar. Ali à volta dos 5 milhões de Saldo para que não haja acidentes. Temos que estar de olho nos processos em Tribunal, num conjunto de coisas que temos, nas "famílias ramos" que de vez em quando surgem para aí, no dinheiro que ainda temos que pagar à Marinha, e que eu não sei se ainda há mais alguma marinha — porque isto ainda não está tudo arrumado.*

*Nós só este ano à Marinha (que não está na nossa dívida) vamos pagar 800 mil euros — que não está na nossa dívida. Há mais alguma Marinha? Eu não tenho a certeza absoluta que a resposta seja não. Portanto é neste quadro que nós estamos a operar, que estamos a trabalhar.*

*Quanto aos investimentos vamos já falar disso na Revisão com toda a objetividade e, portanto, deixo essas coisas para o ponto 4."*

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação<sup>028</sup> o ponto 2 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2017, da Câmara Municipal de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor (PSD15+CDS6), três abstenções (PS2+PAN1), onze votos contra (PS8+BE2+PCP1).**

Seguiram-se as declarações de voto.

Vogal Filipe Guerra (PCP)<sup>029</sup>

*"Em nome do PCP deixar a seguinte declaração de voto. O PCP vota contra este Relatório de Contas, não pelo Relatório em si, mas votamos contra pelo que ele reflete de algumas das opções políticas que a atual maioria tem e das quais nós discordamos. E acrescentar a primeira intervenção do PCP neste ponto."*

**Ponto 3 - Apreciação dos Relatórios de Gestão e Prestação de Contas de 2017 da TEMA-Teatro Municipal de Aveiro, E.E.M. – em liquidação, da EMA – Estádio Municipal de Aveiro, E.E.M. – em liquidação, MOVEAVEIRO – Empresa Municipal de Mobilidade, E.E.M. – em liquidação e Aveiro-Expo – Parque de Exposições de Aveiro, E.M.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 29/03/2018 sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

Continuando, o Presidente da Mesa<sup>030</sup> dado que o Presidente da Câmara tinha feito a apresentação dos documentos no ponto anterior, deu início à discussão do ponto.

Membros da Assembleia

Vogal Jorge Greno (CDS)<sup>031</sup>

Vogal Francisco Picado (PS)<sup>032</sup>

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)<sup>033</sup>

Presidente da Assembleia<sup>034</sup>

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)<sup>035</sup>

(Entretanto saíram da sala os Vogais Catarina Marques da Rocha Barreto e Firmino Marques Ferreira.)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>036</sup>

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação<sup>037</sup> Ponto 3 - Apreciação dos Relatórios de Gestão e Prestação de Contas de 2017 da TEMA-Teatro Municipal de Aveiro, E.E.M. – em liquidação, da EMA – Estádio Municipal de Aveiro, E.E.M. – em liquidação, MOVEAVEIRO – Empresa Municipal de Mobilidade, E.E.M. – em liquidação e Aveiro-Expo – Parque de Exposições de Aveiro, E.M., sendo as mesmas aprovadas por maioria, com dezanove votos a favor (PSD14+CDS5) seis abstenções (PS2+BE2+PCP1+PAN1), oito votos contra (PS2).**

Não houve declarações de voto.

(Reentraram na sala os Vogais Catarina Marques da Rocha Barreto e Firmino Marques Ferreira.)

**Ponto 4 - Apreciação e Votação da 1.ª Revisão Orçamental 2018.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 29/03/2018 sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

Continuando, o Presidente da Mesa<sup>038</sup> deu a palavra Presidente da Câmara para apresentação dos documentos.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>039</sup>

*"Muito obrigado Senhor Presidente. Este valor Saldo nasce de quatro circunstâncias objetivas. Primeira, o facto de existir um desfazamento entre aquilo que o PAM define do seu primeiro trimestre de execução ser o 4.º de 2016 — mas quando na prática foi no 1.º*

de 2017. E, obviamente, tudo aquilo que são as necessidades de gestão administrativa para se produzir a despesa, nomeadamente de investimento, previsto no próprio programa.

Em segundo lugar a complexidade da formalização de processos de liquidação de dívidas, nomeadamente das empresas municipais, mas não só, que provocaram um atraso de tempo de recebimento do empréstimo para as pagar e a possibilidade administrativa de as podermos pagar — e aí está um valor de cerca de 8 milhões de euros.

Terceira, a necessidade de tratar administrativamente, enfim, já se falou muito sobre isso, apenas dar-vos uma nota sumária do investimento que temos para fazer, para o poder fazer.

Portanto, só depois de chegar o Visto é que foi possível lançar as operações de concurso para projeto, projeto, obras, tudo. Porque, obviamente, precisávamos dos contratos de financiamento, precisávamos dos Vistos do Tribunal de Contas, mas para isso era preciso cumprir a Lei dos Compromissos e, portanto, esse processo administrativo todo, atrasa a execução do investimento previsto. E, também, quisemos referenciar o exemplo da assinatura dos Contratos-Programa com o Ministério da Educação e com o Ministério das Finanças, das duas escolas, Jaime Magalhães Lima e João Afonso de Aveiro, que estiveram cerca de seis meses na secretária do Secretário de Estado do Orçamento, para terem despacho.

Em quarto lugar, a gestão que fizemos rigorosa e com sucesso da despesa e da receita, que permitiram obviamente o desenvolvimento de operações de disponibilização financeira, fundamentais, para a gestão do ano 2017 num cenário de não PAM e, obviamente, com uma gestão segura naquilo que é a necessidade de garantia de cumprimento de todos os compromissos da nossa Câmara Municipal para prosseguirmos e consolidarmos o nosso trabalho de credibilização institucional.

Para onde vai o dinheiro? O dinheiro vai para o exato sítio que está definido no Plano e Orçamento para 2018.

O Plano e Orçamento definem para onde vai o dinheiro. A coluna não definida, de verbas não definidas, tem 17 milhões de euros. Onde é que está esse dinheiro? Está em investimento, está em PEDUCA, está em Educação, está em Saúde, está em qualificação urbana, está num conjunto vasto de rubricas do Orçamento.

É também verdade que uma parte dele está na verba que prevemos para investimento em 2019, ok. Por força daquilo que eu acabei de dizer, da estratégia realista, de gastarmos esta verba do investimento que não realizámos em 2016 e 2017, previsto no PAM.

Nós não queremos gastar dinheiro por gastar dinheiro. E a nossa opção é fazer investimento, com prioridade sobre o pagamento da dívida.

Nesta revisão, no entanto, decidimos fazer algumas alterações. Por um lado reforçar algumas rubricas que entendemos, pela aprendizagem do desenvolvimento dos projetos tinham que ser reforçadas. Por exemplo, na rubrica do espaço público do PEDUCA colocámos mais 400 mil euros. Na rubrica do monumental à muralha mais 400 mil euros. No Centro Escolar de Verdemilho mais de 200 mil euros. Na qualificação urbana mais 1 milhão de euros. Decidimos reforçar a verba de Equipamentos, para compararmos a nova biblioteca móvel. Uma nova carrinha de biblioteca móvel porque a nossa está na falência absoluta e precisamos muito deste recurso porque a nossa Biblioteca vai entrar em mudança de vida — e temos que a ter viva e bem viva com o outro instrumento e o outro instrumento é este.

Reforçámos o apoio às Associações como meio milhão de euros. Reforçámos a gestão e manutenção da EMA com 300 mil euros. Reforçámos a verba do projeto da estrada dique da Troncalhada ao CMLA com 50 mil euros. Reforçámos a verba para requalificar a nossa estatutária de arte pública com 260 mil euros. E criámos três novas rubricas. A primeira que em bom rigor devia estar criada, mas foi um lapso nosso, criámos o objetivo de

*construir um Pavilhão Municipal. Há rubrica para esse objetivo de obra com verbas apontadas em 2018 e 2019, mas não tínhamos rúbrica para projeto. E, portanto, passa a haver uma rubrica para o projeto com 100 mil euros.*

*E, também, colocamos uma rubrica para projeto de uma piscina municipal com 120 mil euros.*

*Há uma terceira nota. Entendemos, que a leitura do mercado imobiliário, que está a aumentar fortemente a sua procura e a sua pressão sobre a Câmara que é proprietária de lotes importantes de zonas que o mercado muito valoriza — destacando aqui o Cais da Fonte Nova. Sabendo o mercado (como sabe) que nós somos proprietários de 4 parcelas no Cais da Fonte Nova (parcela, 14, 15, 19 e 20) ali no miolo daquela zona que tem a relva sintética, aquele retângulo que ali está e que é agora usado para parque de estacionamento. São quatro parcelas.*

*E o que é que aconteceu nessas parcelas? A Câmara naquela altura louca em que andava e que precisava de dinheiro para gastar no Estádio, fez leasings imobiliários. Duas das parcelas ao BPI e duas parcelas à Caixa Geral de Depósitos. Que é que nós fizemos? Com o dinheiro do FAM fizemos a recompra das parcelas ao BPI e entendemos que a probabilidade (não temos nada garantido como é evidente, é preciso fazer hasta pública e vender) entendemos pela leitura do mercado que a probabilidade destas 4 parcelas serem postas ao mercado e compradas por valores na ordem de grandeza daquilo que é o seu valor pela avaliação da Câmara e dos Bancos e pelo seu valor matricial, arredondando a conta são 8 milhões de euros. Por isso entendemos que é uma operação sensata, pegarmos em 1.5 milhões de euros do nosso Saldo para fecharmos essas operações de leasing imobiliário com a Caixa Geral de Depósitos no que respeita ao lote 19 e ao 20, para colocar imediatamente essas quatro parcelas no mercado — procurando que o mercado faça na hasta pública aquilo que já nos deu como indicador que é comprar.*

*Com esse valor que surgirá dessa venda, enfim, de volta à ordem de grandeza a hasta pública o que é que vai acontecer os tais 8 milhões. Esse dinheiro é legalmente afeto, obrigatoriamente, pela Lei FAM ao pagamento de dívida.*

*E, portanto, nós com este exercício de 1,5 milhões, vamos potencialmente, temos uma probabilidade que consideramos alta, de gerar uma receita de 8 milhões que vai direitinha para o pagamento da dívida. Depois só temos que escolher qual é a dívida que pagamos. Se é FAM ou dos outros empréstimos bancários. Pronto, temos que fazer uma análise objetiva e tomar a melhor decisão em razão eventualmente do custo daquilo que procuramos pagar. Portanto é esta a diferença que nós equacionámos porque a nossa perspectiva de base é não usar esta verba para pagar dívida, no entanto, neste caso, com os 1,5 milhões vamos poder pagar, enfim, deixem manter o mesmo número, embora deva ser usado apenas como ordem de grandeza, os tais 8 milhões. Veremos o que é que dá hasta pública.*

*Portanto é este exercício muito objetivo, muito concreto, que está feito nesta Revisão. Sabendo que esta Revisão tem consciência clara de que está a afetar verbas para rubricas que vão ter execução em 2018 e está a afetar verbas para rubricas que não vão ter execução em 2018 e que vão ser contributivas do valor do Saldo de 2018 que transitará para ser executado no exercício de 2019. Portanto, como nota de introdução Senhor Presidente, era isto que me ocorria. Obrigado."*

#### Membros da Assembleia

Vogal Virgínia Matos (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[041](#)

*"Muito obrigada senhor Presidente. Algumas considerações breves uma vez que as questões que nós já tínhamos aqui colocado, o Presidente da Câmara na sua abordagem inicial foi respondendo a algumas delas.*

*Então, nesta primeira Revisão Orçamental transitou 37,8 milhões de euros do ano 2017 para este Orçamento. Sabemos que cerca de 8,2 milhões estão então consagrados ao FAM. Ficamos com o Saldo de quase 27 milhões de euros, que têm que ser integrados neste Orçamento.*

*A Câmara Municipal adiantou já algumas explicações que explicam este saldo positivo, mas consideramos que a principal razão será o modelo de austeridade municipal, que a Câmara impôs, com os impostos no máximo, os serviços públicos e apoio social no mínimo.*

*Este modelo resultou num Saldo avultado, a transitar de um ano para outro, que é a prova que seria possível enfrentar a dívida sem sacrificar a população aveirense obrigando-a à pesada carga fiscal que vigora atualmente, sendo agora necessário inscrever estes quase 27 milhões de euros no Orçamento de 2018.*

*Nós colocávamos a questão de como é que seria feita estas distribuições pelas rubricas do mesmo, apesar do Senhor Presidente já ter avançado algumas das suas explicações.*

*Nós tínhamos levantado também a questão, do logo à partida, somarmos as rubricas de 'Outros' o que daria cerca de 10 milhões acrescentados nessas rubricas. O que para nós seria apenas um exercício contabilístico de distribuição de verbas que percebemos agora que não são só para o orçamento de 2018, mas também com a finalidade do orçamento de 2019.*

*Existem outras rubricas aqui reforçadas que nos suscitaram questões. Temos por exemplo um acréscimo de 1,6 milhões de euros para "estudos" "pareceres" "projetos" e "assessorias". Gostávamos de perceber de que forma concreta é que funcionará esta rubrica?*

*Consideramos que esta é uma oportunidade perdida para um reforço da atividade da ação social da Câmara Municipal e de um investimento na melhoria dos serviços públicos.*

*Esta Revisão Orçamental não traz nada de novo. O facto de haver mais quase 27 milhões de euros em nada altera o Orçamento apresentado inicialmente. O Orçamento revisto continua semelhante ao Orçamento original, pelo que não consideramos existirem motivos para a alteração da nossa intenção de voto."*

Vogal António Neto (BE)<sup>042</sup>

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>043</sup>

*"Obrigado Senhor Presidente. Portanto está dado o esclarecimento para o reforço de verbas para alguns projetos importantes, para a diminuição da dívida — esperemos que o negócio se concretize pelos valores estimados. Mas quando nos são trazidos valores já tão redondinhos é porque já terá certamente indicadores que há interessados dispostos a pagar o preço que a Câmara vai entender vender estes terrenos.*

*E depois, pronto, vamos começar a ter o nosso Parque Desportivo de Aveiro a ser aquilo que está previsto ser desde o princípio, mas que para já apenas lá tem o Estádio. Este ano apenas o projeto, mas nos anos seguintes a construção — e daí o facto dos valores não serem todos afetos ao ano 2018. Eu vi ali alguns sorrisos, ali do lado direito, quando o Senhor Presidente estava falar, mas gostava que me explicassem como é que, estando em Abril e aprovando estes valores de Abril, como é que o Pavilhão e a Piscina estariam construídos neste ano? Nem com milagres. Obviamente que as coisas tardam o seu tempo, demoram o seu tempo, mas deve haver alguém que acha que isto se faz tudo com um estalar de dedos — noutros países, noutras maravilhas, talvez seja assim. Muito obrigado."*

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>044</sup>

*"Boa noite a todos. Muito obrigado. O que me traz relativamente a estas rubricas onde o investimento cai, há algumas que eu não sei o que são. Eu não sei o que é o monumento à muralha e gostava de saber e a que se deve este seu surgimento. E as outras tem a ver com uma ideia que eu já tenho passado aqui, que é alguma necessidade de enquadrar despesa a mais — ou a investimento chamemos-lhe assim.*

*A ideia de estratégia, por exemplo, a ideia do parque desportivo, a ideia do pavilhão desportivo municipal e da piscina municipal, se vai projeto, necessariamente vai a localização. Se vai a localização qual é a estratégia? Uma pergunta muito concreta, como é que isto se relaciona com o PDA não é? Isso interessa-me sobremaneira, até porque me parece que há aqui opções de base relativamente à acessibilidades e aquilo que se faz ou não se faz, porque a envolvente ao Estádio é nesse aspeto bastante negativo. E eventualmente exige alguma discussão sobre isto.*

*Há um aspeto que me preocupa sobremaneira e que é, que tem a ver com esta ideia dos montantes. Os montantes tornaram-se um problema importante na nossa discussão porque hoje como se sabe foi decidido uma coisa que ainda é o embrião de uma proposta relativa ao Rossio. Mas nós tivemos durante semanas que passaram uma discussão interessante sobre os valores que andariam à volta do projeto Rossio. E foi-nos dito pelo Senhor Presidente da Câmara, que a loucura do projeto da Avenida apontaria para 8 milhões de euros!? E que era uma loucura desgraçada. O que é certo é que o projeto que está aprovado e que foi posto de lado, prevê nada mais nada menos (ou previa) uma despesa de 3 milhões. Façam-se as atualizações a 2013 com uma construção dum estacionamento da qual resultaria uma possível afetação ao valor do projeto de 800 mil euros. O que quer dizer que, segundo as contas modestas dos projetistas, o projeto da Avenida, tal como estava configurada, seria de cerca de 2,2 milhões e não 8 milhões como foi dito na apresentação do PEDUCA.*

*Claramente nós vemos que havia uma possibilidade, não estou a defendê-la, só estou a dizer que se estou a falar de números temos que ser corretos com eles e uma revisão a posterior desses, permite ver que o que estava previsto são 3 milhões, com a possibilidade potencial de diminuição ainda de 800 mil euros. O que é que me preocupa, falando de números grossos. É uma previsão nas obras do PEDUCA (no folheto) 3 milhões e 100 mil euros, para fazer uma intervenção no Rossio em relação à qual eu tenho muitas reservas, sobretudo porque havia a proposta com e sem estacionamento. E mesmo admitindo, como a Câmara já admitiu hoje, que o investimento não se faz se não houver o estacionamento. Mas há uma diferença. Que é muito diferente dizer que o investimento previsional para fazer o projeto são 3 milhões e 100 mil ou 5 milhões — como foi dito hoje.*

*Eu só estou a falar com base na informação a que tenho acesso. Como sabemos a reunião acabou tarde e a informação que eu tenho acesso é diretamente a que todos os aveirenses tiveram. Por isso se houver alguma clarificação em relação a isto agradeço que me dê. Muito obrigado."*

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>045</sup>

*"Muito obrigado Senhor Presidente. Relativamente a esta Revisão Orçamental, quatro ou cinco notas que eu penso que são dignas de deixar aqui registadas.*

*A primeira, o Senhor Presidente esclareceu parcialmente por onde seria dirigido este Saldo transitado de 2017 — para não lhe chamar excedente. Eu esperava que de uma forma detalhada e tinha a expectativa de ver esta abordagem numa ótica mais transversal, numa perspetiva mais geral. Ou seja, é evidente que é importante que as coisas se*

*materializem e obviamente que os montantes são destinados a coisas reais, que tem que acontecer e por isso precisam de financiamento.*

*Mas eu pensava que ia ouvir qualquer coisa do género "x por cento vai para o Turismo ou vai para o Desporto ou para a Ação Social" Do ponto de vista da perceção, da forma como o Senhor Presidente apresenta esta distribuição dos valores, por rubricas muito específicas, nós ficamos exatamente sem perceber, exatamente sem perceber, como é que isto se enquadra numa construção mais abrangente e mais pensada para o município.*

*A "muralha" está na Cultura (podemos fazer este exercício) mas eu estava à espera de outro tipo de abordagem visto estarmos a falar de valores muito significativos.*

*Uma questão que eu gostava também de esclarecer (eu penso que percebi bem) não me ficou claramente clara (passe o pleonasma) é o facto de perceber que este montante não está inscrito no Orçamento de 2019 — portanto todo este valor vai estar inscrito no Orçamento de 2018. Portanto o que acontecerá é que, aquilo que irá aparecer no ano de 2019 é o remanescente daquilo que não for utilizado em 2018.*

*Pelo menos eu entendi assim. Mas não fiquei com a perceção clara de que assim fosse. E, portanto, estamos a falar do ano de 2018 onde eventualmente podem existir investimentos que se projetam depois e que constituem apenas preparação para o investimento em 2019.*

*A questão do sorriso. Não sei se era a mim que se estava a referir pois eu estava a rir em relação ao pavilhão e à piscina municipal. Eu estava a rir-me não é que o pavilhão e a piscina municipal tenham velocidade de crescimento de geração espontânea.*

*Eu estava a sorrir, não estava a rir com tom de gozo, porque estava a achar alguma graça e algum entusiasmo, sobretudo por ouvir a palavra 'municipal' — que devo dizer é uma coisa que me agrada particularmente quer no pavilhão quer na piscina. Então no caso da piscina, como todos nós sabemos, já tivemos uma boa piscina municipal e o destino é aquele que agora está visível aos olhos de todos.*

*Portanto com a capacidade que o Senhor Presidente e o seu Executivo tem de gerir bem património municipal, estou certo que o pavilhão e a piscina terão, com certeza, um futuro risonho e permanecerão depois por muitos anos no local onde forem erigidos. E, portanto, é por isso que eu estava a sorrir.*

*Relativamente as valores Senhor Presidente. Algumas contas assim feitas de cabeça, 30 milhões (números redondos) é o que transita de 2017 para 2018, tirando os 8 milhões que estão alocados ao empréstimo do PAM. Daquilo que pude perceber percebi que apenas 1 milhão e 500 mil euros iam para liquidação de dívida, comprando ou revertendo os leasings para depois vender os terrenos, que espera que o mercado os adquira por um valor estimável de 8 milhões.*

*Se retirarmos aos 8 milhões um 1 milhão e 500 mil euros, significa que vai destinar a liquidação da dívida 6 milhões e meio. Ou seja, estamos a falar grosso modo 20% do valor.*

*Há bocado discutíamos aqui este peso e cá estão os números a aparecer. Portanto do Saldo transitado, 80% é para investimento e (desculpe-me interpretação abusiva) 20% cé para a supressão dívida. Pode não ser exatamente assim, mas as contas dão assim e cá estão elas. Pelo menos já percebemos que há uma tendência de peso muito significativo no investimento e que há um peso mais reduzido na dívida. Veremos se esta tendência se manterá ao longo dos anos, nomeadamente em 2019, 2020 e em particular em 2021 veremos se esta tendência de equilíbrio se manterá.*

*Finalmente. Não podia deixar de lhe dar esta nota. Eu não sou muito adepto da rubrica "Outros". E os valores que aqui têm, porque há aqui despesas do foro corrente, onde isso, enfim, não é de tanta gravidade, mas ter uma coisa na ordem de 1 milhão para 8 milhões!? É que se depois formos à rubrica "Capitais" a coisa aí é um bocadinho diferente. Ou seja temos 7 milhões em "Outros" para 22 milhões alocados aqui.*

*E eu confesso que "Outros" é sempre uma coisa que me deixa muito desconfortável, a não ser dar um sinal de que não sabemos muito bem o que é que vamos fazer àquilo, a não ser que estejamos à espera que isso seja o que sobra para o ano de 2019."*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>046</sup>

*"Neste ponto, para ser sucinto, dizer que nesta bancada ficamos muito satisfeitos que o excedente de 2017 seja transferido (como diz o Francisco Picado) e que seja aplicado em duas rubricas. Ou seja, pagamento ou supressão de dívida e investimento."*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>047</sup>

*"Muito obrigado. Fernando Nogueira o monumento à muralha é a nova vida de uma ideia, de um projeto feito no primeiro mandato do Presidente Élio Maia, encomendado ao arquiteto Siza Vieira, apresentado publicamente na nossa cidade, e que nós decidimos repegar para lhe dar uma vida nova.*

*E, portanto, entendemos que é um projeto de grande qualidade. Meritório. A nossa cidade tem uma muralha na história, mas hoje não conta a história da muralha. E entendemos que essa história deve ser contada.*

*E temos a possibilidade, o privilégio, de termos a única obra de arte em espaço público do arquiteto Siza Vieira — o que obviamente tem outro tipo de interesses em termos de notoriedade e de veículo comunicação nesse mundo importante da Arquitetura. Estamos a falar de uma figura da Arquitetura mundial e, portanto, repegámos esse quase projeto. Não é um projeto é um bom estudo prévio não é um projeto de execução ainda. Repegámos e integrámos, somámos a muralha, que tem como localização apontada a bolacha da rotunda em frente da Sé e do Museu de Santa Joana. É ali que ele está apontado porque era o sítio de uma das portas de Aveiro, que era a "Porta do Sol" e é hoje o único sítio que pode (único sítio de portas) que pode receber uma coisa destas — as outras, enfim, é só pegar na muralha antiga da cidade moderna e verificar que não tem condição, portanto achámos que está bem escolhido o sítio.*

*Além de para nós ser um elemento importante para que a Rua Direita possa vir a constituir-se como um eixo turístico muito atrativo, para levar os turistas do circuito dos canais urbanos para o largo da Sé e para o Museu, com o pretexto adicional de visitar o monumento à muralha e uma obra de arte de Siza Vieira.*

*Somámos a qualificação do Adro da Sé. Depois de um trabalho feito com a Paróquia da Glória, com a Diocese, entendemos por comum acordo entre todos, incluindo o Arquiteto Siza Vieira, que tínhamos que aproveitar esta oportunidade para qualificar o Adro da Sé, que é um Adro particularmente desqualificado. E, portanto, somámos à peça que vai criar o monumento à muralha, feita em "Pedra de Eirol" para que a reconstituição tenha a verdade histórica daquele que foi o material usado para construir a muralha, somámos a qualificação do Adro da Sé. E, portanto, esse monumento à muralha, explicado, é isto que acabei de dizer.*

*Reforçámos também a verba que está apontada, para os campos que vamos construir na zona do Estádio, portanto com mais 400 mil euros. Vamos fazer um concurso de conceção-construção. Precisamente porque hoje as indústrias, as empresas que constroem as infraestruturas desportivas são hoje os melhores projetistas e, portanto, entendemos fazer concurso de concessão-construção. Portanto somando projeto e construção, obviamente com as fases e com a validação prévia do Visto para se poder passar à fase de construção e é assim que vamos desenvolver o processo que lançaremos proximamente dos campos de futebol que estão definidos no âmbito do nosso contrato com o Beira-Mar, aqui mesmo aprovado, na nossa Assembleia Municipal.*

*O pavilhão desportivo tem localização fechada e definida, na zona envolvente ao Estádio Municipal de Aveiro. A piscina municipal não tem localização definida. Temos um processo em fase de início de discussão com alguns parceiros em razão da matéria para virmos a decidir que tipo de piscina e que localização. Temos ideias de base, mas nada está fechado a esse nível.*

*Quanto ao Rossio e aos números. Depois podemos falar mais a preceito porque isto depois de uma reunião de Câmara de quase 5 horas, com os dados em transporte assim de SMS, não há rigor. O exercício que eu fiz hoje na reunião, foi o exercício especulativo à volta do custo estrito do parque de estacionamento.*

*O parque de estacionamento se custar 5 milhões de euros, estritamente o parque de estacionamento, é viável na análise de mercado que fizemos, que o mercado esteja interessado em construí-lo e em explorá-lo num prazo longo de 50 anos.*

*Se o parque de estacionamento custar 10 milhões, não é viável. O mercado não está interessado em construí-lo e em explorá-lo, nem nos 50 nem nos 100 anos.*

*Fiz esse exercício, para demonstrar que a decisão que tomámos hoje, escolhemos a proposta que ganhou e que aprovámos hoje é uma proposta que aponta para a construção do parque de estacionamento de forma clara.*

*Sete das oito propostas candidatas apontam o parque de estacionamento, apenas uma não aponta. Embora aponte em sentido secundário, enquanto que as outras apontam em sentido prioritário — em sentido de primazia.*

*O exercício que fica para desenvolver é a decisão definitiva. Aquilo que nós dissemos foi: a proposta escolhida tem claramente assumida esta opção do parque e, portanto, votámos a favor e votámos todos a favor desta escolha.*

*A ideia que escolhemos hoje tem nas várias componentes, como é evidente, tem o parque de estacionamento em cave. No entanto, está definitivamente decidido que vamos fazer? Não. Essa decisão fica para projeto. Especialmente para três componentes. Estudo geotécnico, uso de inserção na rede viária da zona e, custo estimado.*

*Só com base nestes três fatores é que nós decidiremos se definitivamente sim ou se definitivamente não. Eu depois é que exemplifiquei com o tal exercício dos 5 milhões e dos 10 milhões dizendo que com 5 milhões faz-se com 10 milhões não se faz — indo só à questão financeira, deixando de lado, obviamente, a parte geotécnica que é fundamental e a parte da inserção viária que é fundamental. Portanto só foi neste quadro que esses números surgiram.*

*Francisco Picado. Nós gostamos de ser objetivos, ok. E os nossos cidadãos gostam de objetividade. É muito fácil e em dez minutinhos pomos aqui as percentagens. Obviamente que é muito discutível: a muralha cai para a Cultura ou para a qualificação urbana? Na Educação só lá pomos Educação ou também área social. Há muita gente que quando fala de Educação fala de investimento em áreas sociais. Enfim, etc. Nós aqui gostamos de ser mais objetivos. É mais útil para os cidadãos e é mais claro para o discurso político. É para a "muralha"; é para o Centro Escolar de Verdemilho; é para a qualificação urbana; é para a piscina. Pronto, acabou. E isto acho que é bom para todos.*

*Quem quiser exercícios de estatística, pronto, que os faça. Nós também os podemos fazer, mas não nos interessa. O que é que interessa, que a gente chegasse aqui e dissesse 30% é para a educação, 40% é para a qualificação urbana, e 20% é para sei lá o quê. É interessante como informação? É. Mas não é muito melhor para quem é cidadão ouvir falar no Centro Escolar de Verdemilho e no PEDUCA e não sei o quê? Nós achamos que sim. Mas o que disse é sensato, mas esta é a nossa preferência. Seremos mais objetivos para os cidadãos nos perceberem muito melhor.*

*Os 'Outros'. Eu tenho o mesmo sentimento que V. Exa. apenas o sistema de POCAL que nós temos a isto obriga. Não são os autarcas que inventam os 'Outros'. É o POCAL que o inventou! Ainda por cima no SNCAP (Sistema de Normalização Contabilística para a*

*Administração Pública), que devia ter entrado em vigor no dia um de Janeiro e que o Governo ilegalmente adiou um ano, vai manter os 'Outros'.*

*Eu acho que não faz sentido. Mas os 'Outros' não são coisa indefinida. Cada um dos 'Outros' tem uma definição concreta. Se os meus amigos quiserem saber os 'Outros' de X ou de Y o que é que é para fazer, o nosso Carlos Dias senta-se convosco, abre o POCAL e diz nesse 'Outros' e para fazer este tipo de coisa.*

*Portanto os 'Outros' não são coisa indefinida. Eu quero deixar isso claro, mas são as definições do Plano Oficial de Contabilidade, que somos obrigados por lei a usar — e usamos com todo o gosto.*

*Peço desculpa. Prazo de pagamento. Hoje o nosso prazo de pagamento (que não tenho o número) anda entre os 30 e os 60 dias. As nossas faturas são pagas contratualmente, umas a 30 e outras a 60 dias. Nós pagamos tudo a tempo e horas.*

*Portanto o nosso prazo médio deve andar alguma coisa, algures, entre os 30 e os 60 dias, que é dentro dos prazos contratuais que temos com todos os nossos fornecedores de bens e serviços. Muito obrigado."*

#### Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE)<sup>048</sup>

Vogal Fernando Nogueira (PS)<sup>049</sup>

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>050</sup>

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação<sup>051</sup> o ponto 4 - Apreciação e Votação da 1.ª Revisão Orçamental 2018, sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta e um votos a favor (PSD16+CDS5+PS10), duas abstenções (PCP1+PAN1), dois votos contra (BE2).**

Seguiram-se as declarações de voto.

Vogal Francisco Picado (PS)<sup>052</sup>

*"O Partido Socialista vota a favor deste ponto porque obviamente este é um trâmite legal de tramitação de Saldos. Embora, como dissemos na intervenção, do ponto de vista do conteúdo não estamos absolutamente em concordância como os saldos foram distribuídos pelas diversas rúbricas."*

#### **Ponto 5 – Apreciação e votação da proposta de desafetação ao domínio público de três parcelas a integrarem o Plano de Pormenor de Parte da Zona Industrial de Cacia.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 29/03/2018, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

Continuando, o Presidente da Mesa<sup>053</sup> deu a palavra Presidente da Câmara para apresentação dos documentos.

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>054</sup>

### Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>056</sup>

*"Muito obrigado Senhor Presidente. Por iniciativa do Bloco de Esquerda nesta Assembleia foram trazidas as preocupações destas populações pela proximidade desta indústria em zona habitacional e pela notável perda de qualidade de vida e ambiental de todos, que um dia decidiram adquirir habitação nesta localização.*

*No plano de pormenor da Câmara Municipal de Aveiro comprometia-se a realocização dos moradores desta área foi alterada, obrigando-se definitivamente os moradores a ficar paredes meias com a área industrial, suportando o trânsito de pesados desta unidade. Citando o plano de pormenor (alteração de Outubro de 2015) na página 8 diz: "para a parcela 2, propõe-se manutenção das indicações de uso existentes, alteração do pressuposto do plano, de demolição das construções e consequente transformação em espaço industrial". Aqui fica claro que se retirou o direito aos moradores.*

*No mesmo patamar a Câmara Municipal faz claras cedências à empresa sem qualquer contrapartida aceitável. Se a empresa outrora empregava muita gente, habitantes de Cacia e do concelho de Aveiro, deixou de o fazer. Poderíamos ainda pensar que com a localização desta empresa a freguesia de Cacia e as suas gentes aumentava gradualmente a sua qualidade de vida, passando a empresa ser factor relevante para todos os que ali vivem. Quais as motivações do executivo camarário para apoiar totalmente todas as aspirações da empresa? Nunca qualquer executivo municipal encetou diligências para aumentar a qualidade de vida, trânsito viário, e acautelar perdas substanciais do trânsito de pesados naquela localidade. A partir do momento em que a empresa tenciona alargar a sua faturação com novas especializações e igualmente com o aumento da produção, milagrosamente as condições de trânsito foram-lhe melhoradas. O Bloco sempre defenderá o ordenamento harmonioso do território e salvaguarda da qualidade de vida das populações e respeito pela envolvimento ambiental e nunca se sujeitará a alterações de planos de pormenor baseados em desígnios empresariais e com as complacências dos poderes autárquicos.*

*Como última nota sobre este ponto, gostaríamos de perguntar se houve alterações ao projeto da obra, nomeadamente uma construção de uma central elétrica com póstuma intenção ao lado das moradias? Estavam previstas? Por outro lado, o caos e ruído intenso do tráfego, que devido à construção da rotunda, com impacto direto na vida dos moradores também estaria acautelado? Obrigado."*

Vogal Joaquim Oliveira (PS)<sup>057</sup>

(Entretanto saiu da sala o Vogal Fernando Manuel Martins Nogueira)

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>058</sup>

*"Muito obrigado. António Neto os constrangimentos de uma obra são os constrangimentos de uma obra. E, ali, não há uma obra, há duas. Porque há a obra da Câmara na variante, em curso, e a obra da fábrica em curso. E, obviamente há constrangimentos inevitáveis por força das duas. A unidade PT que referenciou é uma unidade obrigatória, licenciada. Só quem não percebe nada do que é uma unidade industrial que precisa de energia e como é que a energia lá chega. E, portanto, é uma infraestrutura absolutamente básica, essencial, cuja localização foi escolhida para estar na boa relação da indústria e do tal loteamento que se licenciou. Aliás, houve medidas adicionais, nomeadamente uma medida da bordadura verde, de todo o perímetro Sul e Poente da fábrica, estar sobrelevado com o monte (chamemos-lhe assim) de cerca de 3 metros de altura, para entre outros ganhos, ter*

*para toda a envolvente, especialmente para as habitações que estão mais próximas, ganhos naquilo que respeita à condição acústica.*

*Portanto, essas matérias estão bem tratadas e cumprem em absoluto rigor o plano de pormenor e obviamente o licenciamento que foi feito pela nossa Câmara Municipal.*

*Dizer que este processo é parte de um processo de permuta/alienação. Nós temos um conjunto de parcelas para receber da Navigator e um conjunto de parcelas para entregar à Navigator. Essa operação usa o valor de 27 euros, que é o valor que a avaliação deu a todas as parcelas. No caso, nós vamos ficar a haver cerca de 30 mil euros, porque aquilo que entregamos é mais do que aquilo que recebemos, portanto além da permuta do terreno haverá também uma transferência financeira, no caso da Navigator para a Câmara.*

*Por isso digo que é uma operação de permuta/alienação. Enfim, agora é difícil estar aqui a descrever, mas num mapa, que obviamente facultamos, sem problema nenhum, para verificarem onde estão as parcelas da Navigator que passam para a Câmara e as da Câmara que passam para a Navigator. Portanto é muito simples. São pequenas parcelas em vários sítios, na frente, na zona da variante propriamente dita, e na zona da Rua dos Bombeiros Voluntários de Cacia, portanto são pequenas parcelas que fazem parte dos ajustamentos da implantação dos muros e da implantação da rotunda e da EN109 naquele troço entre as duas rotundas, que passa a ter 4 faixas.*

*Mas facilmente facultando uma cópia da planta com a marcação dos terrenos verificam onde é que eles estão. Essa informação é de fácil acesso.*

*O uso para essas parcelas e o uso industrial. Portanto essas parcelas passam a domínio privado. A Câmara passa, para as podermos permutar/alienar, passam a integrar a área industrial da Navigator. Portanto é esta operação clara e cristalina. Portanto estão para além do muro novo que delimita a fábrica da nossa via e portanto estão desse muro para dentro. E portanto passarão a ser área industrial. Muito obrigado."*

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação<sup>059</sup> o ponto 5 – Apreciação e votação da proposta de desafetação ao domínio público de três parcelas a integrarem o Plano de Pormenor de Parte da Zona Industrial de Cacia, sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta votos a favor (PSD16+CDS5+PS9), quatro abstenções (BE2+PCP1+PAN1), zero votos contra.**

Seguiram-se as declarações de voto.

Vogal Virgínia Matos (BE):<sup>060</sup>

*"O Bloco de Esquerda, abstém-se neste ponto porque não estamos de todo contra esta alteração — esta alteração específica do Plano de Pormenor de Cacia. Consideramos que é essencial delimitar aquilo que é zona da Fábrica daquilo que é zona habitacional. No entanto, tendo em conta a relocalização dos residentes daquela zona (para nós é uma questão fulcral e para os próprios moradores), não podemos votar a favor desta alteração do Plano de Pormenor."*

(Reentrou na sala o Vogal Fernando Manuel Martins Nogueira)

**Não havendo mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando qualquer oposição.**

**Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão,<sup>061</sup> não se verificando intervenções.**

**Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.**

**Continuando, o Presidente da Mesa<sup>062</sup> informou, nos termos regimentais, que os trabalhos da Sessão Ordinária continuarão na próxima sexta-feira, dia 20 de Abril. De seguida deu por encerrada a reunião. Eram 24:00 horas do dia 13 de Abril de 2018.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, responsável pela subunidade orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.**

(03:30)